

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**PERCEÇÃO DOS PAIS SOBRE A SUA
EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA ACT-RASING
SAFE KIDS: ESTUDO QUALITATIVO**

Filipa dos Santos Ramos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia da Saúde e da Doença)

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**PERCEÇÃO DOS PAIS SOBRE A SUA
EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA ACT-RASING
SAFE KIDS: ESTUDO QUALITATIVO**

Filipa dos Santos Ramos

Dissertação orientada pela Professora Doutora Ana Isabel de Freitas Pereira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia da Saúde e da Doença)

2017

*Dedico este trabalho
à Avó Maria e ao Avô António,
que me ofereceram as mais belas recordações.
Obrigada pelo amor, carinho, humildade e exemplo.*

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Ana Isabel Pereira pela oportunidade de estudar esta temática, pela disponibilidade, paciência e ajuda preciosa no desenvolvimento deste trabalho. Obrigada pela orientação ao longo deste ano letivo, pelos conhecimentos transmitidos e pelo apoio, motivação e tranquilização nos momentos mais difíceis.

À Dr.^a Teresa Marques por me ter acolhido na sua equipa de investigação. Obrigada pela oportunidade de acompanhar a dinamização do Programa ACT, pela disponibilidade, ajuda e simpatia.

À minha família e, em particular, aos elementos que me são mais especiais. Obrigada pelo amor, carinho e por sempre acreditarem em mim. Não teria sobrevivido a estes 5 anos de estudos sem o vosso encorajamento e apoio nos momentos de maior desânimo e desespero. Obrigada por serem o meu porto seguro.

Ao João agradeço todo o amor, carinho e paciência infinita. Obrigada pela motivação e energia positiva, e por acreditares incondicionalmente nas minhas capacidades.

À Catarina, Marta e Sara pela longa amizade e por me proporcionarem momentos especiais, de alegria, tranquilidade e divertimento. Espero que a nossa amizade perdure por muitos mais anos.

Às amigas que criei na faculdade. À Inês e Inês I. agradeço os vossos sorrisos, carinho, apoio e companheirismo ao longo destes anos, especialmente nos momentos mais difíceis. À Inês B. e à Catarina C. agradeço os momentos de felicidade, trabalho conjunto e partilha de experiências. Obrigada pelo apoio e palavras de conforto nos momentos em que mais precisei. Estarei eternamente grata por vos ter conhecido e por me terem acompanhado nesta longa caminhada, são o melhor que levo de Lisboa.

Aos pais que participaram neste estudo, tornando-o possível. Obrigada pela disponibilidade, colaboração e partilha das suas experiências.

RESUMO

A qualidade das interações pais-filhos e as práticas parentais utilizadas têm impacto no processo de desenvolvimento infantil. Estudos têm demonstrado que os programas de intervenção parental são capazes de melhorar as competências parentais e prevenir/diminuir os problemas de comportamento infantil. A presente investigação teve como principal objetivo compreender a perspetiva dos pais acerca da sua experiência e participação no programa ACT, seguindo uma abordagem qualitativa e exploratória.

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas presenciais a 10 pais (9 mães e 1 pai) de crianças entre os 3 e os 8 anos, aproximadamente 4 semanas após a sua participação no programa ACT. Recorreu-se à análise de conteúdo e a procedimentos de estatística descritiva para analisar os dados obtidos.

Após a participação no programa ACT, os pais perceberam uma maior autoeficácia, autorregulação emocional e consciência do seu comportamento e influência no desenvolvimento e comportamento da criança. Observou-se uma perceção de maior adequação das expectativas às características desenvolvimentistas da criança e um aumento do recurso a práticas positivas. Segundo os relatos dos pais, a mudança parental resultou num maior autocontrolo/autorregulação e consciência das regras por parte dos filhos, e numa diminuição dos problemas de comportamento da criança. Os resultados deste estudo revelaram a trajetória de mudança parental como um processo flexível, progressivo e contínuo, mas influenciável por fatores internos e externos. Relativamente à implementação do programa, os pais valorizaram os conteúdos abordados no programa e a pertença ao grupo, especialmente a partilha sem julgamento e a normalização de experiências.

Este estudo representa um contributo adicional para a literatura empírica, visto que a investigação qualitativa sobre o impacto, trajetória de mudança parental e facilitadores/barreiras percebidas é escassa, comparativamente aos estudos quantitativos que avaliam a eficácia dos programas de intervenção parental.

Palavras-chave: investigação qualitativa, programas de intervenção parental, Programa ACT, perspetiva dos pais.

ABSTRACT

The quality of parent-child interactions and parental practices have an impact on the child development process. Studies have shown that parenting training programmes can improve parental skills and prevent/reduce behaviour problems in children. The aim of this study was to explore the parents' perspective of their experience and participation in the ACT–Raising Safe Kids programme, using a qualitative and exploratory approach.

The sample consisted of 10 parents (9 mothers and 1 father) whose children were between 3 and 8 years old and who had completed the ACT–RSK programme. The methodology used to collect the parental reports was a semi-structured face-to-face interview, which occurred approximately 4 weeks following the end of the programme. Content analysis and descriptive statistical procedures were used to analyse the data.

After participating in the ACT–RSK programme, parents perceived a greater self-efficacy, emotional self-regulation and awareness of their behaviour and influence in their child's development and behaviour. It was also perceived an increase of the adequacy of expectations concerning child's development and an increased use of positive practices. According to the parents' reports, parental change contributed to an increase of the child's self-control/self-regulation and awareness of the rules, and a decrease in the child's behaviour problems. Study findings suggest the trajectory of parental change is a flexible, progressive and continuous process, but is influenced by internal and external factors. Regarding the implementation of the program, parents valued the contents addressed within the programme and belonging to a group, specially the opportunity of sharing without feeling judged and normalization of experiences.

This study represents an additional contribution to empirical literature because qualitative research about impact, parental change trajectory and perceived facilitators/barriers of parenting training programmes are less represented in literature, compared to quantitative studies that evaluate parenting training programmes efficacy.

Keywords: qualitative research, parenting training programmes, ACT–RSK Program, parents' perspectives.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	x
PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	1
1. Parentalidade e Desenvolvimento Infantil.....	1
2. Perturbações Disruptivas do Comportamento na Infância.....	5
3. Programas de Intervenção Parental.....	8
3.1. Adults and Children Together (ACT) – Raising Safe Kids Program	12
3.1.1. Componentes do Programa ACT	12
3.1.2. Eficácia do Programa ACT	14
3.2. Programas de Intervenção Parental Segundo a Perspetiva dos Pais	17
3.2.1. Facilitadores e Barreiras	21
3.2.2. Trajetória do Processo de Mudança Parental.....	22
3.2.3. Limitações dos Estudos Empíricos	23
PARTE II: OBJETIVOS E METODOLOGIA	25
1. Desenho da Investigação.....	25
1.1. Objetivo Geral.....	25
1.2. Objetivos Específicos.....	25
2. Metodologia	26
2.1. Estudo Qualitativo e Exploratório	26
2.2. Amostra.....	27
2.3. Procedimento de Recrutamento da Amostra.....	28
2.4. Instrumento de Recolha de Dados	29
2.5. Procedimento de Recolha de Dados	31
2.6. Procedimento de Análise de Dados	31
PARTE III: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
1. Conhecimento Acerca do Programa e Tomada de Decisão em Participar	33
1.1. Conhecimento Acerca do Programa	33
1.2. Motivos que Levaram os Pais a Participar no Programa	33
1.3. Obstáculos Inicialmente Percebidos	36
2. Impacto do Programa.....	36
2.1. Mudanças Centradas nos Pais.....	36
2.2. Mudanças Centradas na Criança.....	38

2.3. Mudanças Centradas na Família	39
3. Características da Trajetória de Mudança Parental.....	40
4. Objetivos	40
5. Implementação do Programa	41
5.1. Aspectos Gerais	41
5.1.1. Facilitadores	41
5.1.2. Barreiras	44
5.1.3. Outros.....	45
5.2. Aspectos Específicos	46
PARTE IV: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	49
1. Conhecimento Acerca do Programa e Tomada de Decisão em Participar	50
1.1. Conhecimento Acerca do Programa	50
1.2. Motivos que Levaram os Pais a Participar no Programa	50
1.3. Obstáculos Inicialmente Percebidos	52
2. Impacto do Programa	52
2.1. Mudanças Centradas nos Pais	52
2.2. Mudanças Centradas na Criança	54
2.3. Mudanças Centradas na Família	55
3. Trajetória de Mudança Parental	55
4. Objetivos	59
5. Implementação do Programa	60
5.1. Aspectos Gerais	60
5.1.1. Facilitadores	60
5.1.2. Barreiras	61
5.2. Aspectos Específicos	62
PARTE V: CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
1. Contribuições e Implicações Práticas do Estudo	63
2. Limitações do Estudo.....	64
3. Futuras Linhas de Investigação.....	65

ANEXOS

ANEXO I: Guião de Entrevista – Programa ACT

ANEXO II: Questionário Sociodemográfico

ANEXO III: Consentimento Informado – Estudo Piloto

ANEXO IV: Consentimento Informado – Gravação Áudio

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: Descrição dos principais programas de intervenção parental	11
QUADRO 2: Caracterização das variáveis sociodemográficas dos pais e crianças	28
QUADRO 3: Conhecimento acerca do programa.....	33
QUADRO 4: Motivos que levaram os pais a participar no programa	35
QUADRO 5: Obstáculos inicialmente percebidos.....	36
QUADRO 6: Mudanças centradas nos pais	38
QUADRO 7: Mudanças centradas na criança.....	39
QUADRO 8: Mudanças centradas na família.....	39
QUADRO 9: Características da trajetória de mudança parental.....	40
QUADRO 10: Objetivos	41
QUADRO 11: Facilitadores.....	44
QUADRO 12: Barreiras.....	45
QUADRO 13: Outros.....	46
QUADRO 14: Aspetos específicos.....	49

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ACT: *Adults and Children Together*

APA: *American Psychological Association*

FPUL: Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

IP: Intervenção Parental

IY: *Incredible Years*

PC: Perturbação do Comportamento

PDO: Perturbação de Desafio e Oposição

PHDA: Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção

PMTO: *Oregon Model of Parent Management Training*

RSK: *Raising Safe Kids*

INTRODUÇÃO

A presente investigação foi realizada no âmbito da Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, submetida à Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Enquadra-se no âmbito de uma investigação de Doutoramento intitulada *A relação entre a autorregulação parental e as práticas educativas: implicações para o treino parental* da Dr.^a Teresa Marques (SFRH/BD/100252/2014). Esta investigação tem como principal finalidade compreender como os pais regulam os seus comportamentos e emoções, particularmente quando os seus filhos apresentam comportamentos difíceis. Ademais, pretende contribuir para a compreensão dos fatores e processos que contribuem para uma intervenção parental de sucesso.

A família é principal contexto onde a criança desenvolve as suas competências. A investigação realizada em torno das práticas parentais e da qualidade dos padrões relacionais entre os pais e a criança tem demonstrado a sua influência no processo de desenvolvimento infantil (e.g., Patterson, Mockford, & Stewart-Brown, 2005). A associação entre défices nas competências parentais, dificuldades na relação entre os pais e a criança e problemas de comportamento disruptivo infantil, justificam a necessidade de programas de intervenção parental orientados para modificação destas dimensões. Vários estudos têm demonstrado a eficácia destes programas na melhoria das competências parentais e na redução dos comportamentos disruptivos da criança (e.g., Stoltz, van Londen, & Dekovic, 2015).

Contudo, são maioritariamente realizados estudos quantitativos, sendo poucas as investigações que estudaram o impacto dos programas de intervenção parental recorrendo a uma abordagem qualitativa. Esta abordagem possibilita uma maior compreensão do processo de mudança da parentalidade, através da exploração da perspetiva e experiência dos pais, aquando a sua participação num programa de intervenção parental. A metodologia qualitativa permite, ainda, adquirir uma maior compreensão acerca da utilidade e das características consideradas importantes para os pais, no que se refere a estes programas. Fornece, igualmente, dados relevantes para o desenvolvimento de programas que correspondam às preocupações e necessidades dos pais e das famílias (Kane, Wood, & Barlow, 2008). Outro aspeto que tem sido pouco explorado na literatura, através de metodologias qualitativas, prende-se com a trajetória de mudança da parentalidade, ao longo da participação num programa de intervenção parental.

Assim, a presente investigação pretende colmatar estas falhas na literatura e tem como principal objetivo compreender a perspetiva dos pais acerca da sua experiência e participação no programa ACT, seguindo uma abordagem qualitativa e exploratória. Em particular, este

estudo tenciona explorar a tomada de decisão e os motivos para participar, o impacto percebido, a trajetória de mudança da parentalidade, e os aspetos específicos e gerais do programa tidos como facilitadores e barreiras do envolvimento e mudança parental. A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas presenciais a 10 pais (9 mães e 1 pai) e, para analisar os resultados obtidos, recorreu-se à análise de conteúdo, a procedimentos de estatística e ao *software* NVivo 11.

O presente trabalho está organizado em cinco partes. A primeira parte corresponde ao enquadramento teórico, onde se apresenta a revisão de literatura relevante sobre a temática em investigação. Nesta parte, são abordados conteúdos acerca da parentalidade e do desenvolvimento infantil. Destacam-se os programas de intervenção parental, apresentando-se, em detalhe, o programa ACT e estudos que comprovam a sua eficácia. Por fim, é abordada a importância da perspetiva dos pais acerca dos programas de intervenção parental e são descritos estudos qualitativos que se dedicaram ao seu estudo.

A segunda parte do trabalho corresponde aos objetivos e metodologia. Num primeiro momento, é referido o desenho da investigação e são apresentados os objetivos (gerais e específicos). Seguidamente, apresenta-se a metodologia do estudo, contemplando a justificação da abordagem qualitativa e exploratória, a caracterização da amostra, o processo de recrutamento da amostra, o instrumento de recolha de dados, e os procedimentos de recolha e análise de dados.

Na terceira parte são apresentados e analisados os resultados, que estão organizados de acordo com os objetivos específicos do estudo de modo a facilitar a compreensão dos mesmos. A quarta parte corresponde à discussão dos resultados à luz da revisão de literatura realizada. Por último, na quinta parte deste trabalho, são feitas algumas considerações finais onde se apresentam as contribuições e implicações práticas do estudo, e as suas limitações, e são sugeridas futuras linhas de investigação.

PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Parentalidade e Desenvolvimento Infantil

Segundo Bronfenbrenner (1979), o desenvolvimento da criança é influenciado por fatores individuais, familiares e do meio. Contudo, a família constitui o principal contexto no qual a criança desenvolve as suas competências. O ambiente familiar, a qualidade da relação e interação entre pais e filhos, e os cuidados e práticas parentais utilizadas têm um grande impacto no processo de desenvolvimento socio-emocional, cognitivo e comportamental da criança (Patterson, Mockford, & Stewart-Brown, 2005; Pereira & Agostinho, 2015).

A forma como os pais exercem a sua função é bastante diversificada. Desta forma, poderão apresentar diferentes estilos parentais, que englobam um conjunto de atitudes dirigidas à criança em torno do qual se cria um clima emocional em que são expressas as práticas parentais (Darling & Steinberg, 1993). Por sua vez, as práticas parentais são comportamentos definidos por conteúdos específicos e por determinados objetivos de socialização (Darling & Steinberg, 1993). As práticas parentais são utilizadas no sentido de orientar o comportamento dos filhos, tendo como propósito suprimir comportamentos na criança que se consideram inadequados ou incentivar a ocorrência de comportamentos tidos como adequados (Alvarenga, 2001).

O relatório de competências e de comportamentos específicos (e.g., competências sociais e académicas, comportamentos à mesa), assim como o desenvolvimento de determinadas características da criança (e.g., valores, autoestima, curiosidade, pensamento crítico, independência) são influenciados pelas práticas parentais (Darling & Steinberg, 1993). Por exemplo, com o objetivo de desenvolver e promover uma autoestima positiva na criança, os pais podem envolver-se em diferentes práticas, tais como mostrar interesse e assistir a atividades nas quais a criança participa (Pereira, 2009).

São várias as propostas de caracterização dos estilos parentais. Contudo, grande parte dos autores considera duas principais dimensões: a dimensão de *suporte*, *aceitação e afeto* (afeto-hostilidade) e a dimensão de *controlo* (permissividade-restritividade) (Barber, 2002; Darling & Steinberg, 1993; Pereira, 2009; Smetana & Daddis, 2002).

Barber e Thomas (1986) definiram a *dimensão de suporte* como sendo o comportamento parental que transmite à criança que é aceite e aprovada pelos progenitores. Corresponde aos comportamentos manifestados pelos pais que proporcionam sentimentos positivos e de conforto à criança (Openshaw, Thomas, & Rollins, 1984; Pereira, 2009). Incluem-se, nesta dimensão, as ações e atitudes parentais que têm como objetivo garantir o

bem-estar físico e emocional da criança, de que são exemplo o afeto e o envolvimento parental (Baumrind, 1967). O afeto revela-se no amor e compaixão que os pais sentem pela criança, expresso através da aprovação verbal, ternura e toque (Baumrind, 1967). O envolvimento equivale ao orgulho e prazer nas “conquistas” da criança, manifestado pelo interesse, por palavras de elogio e pela proteção da criança (Baumrind, 1967). Desta forma, o comportamento parental de suporte trata-se de uma característica essencial ao desenvolvimento normal da criança (Bean, Barber, & Crane, 2006).

Alguns estudos têm sido realizados no sentido de compreender o impacto das várias práticas parentais de suporte na criança e no seu comportamento e aquisição de determinadas competências. Por exemplo, Hindman e Morrison (2012) realizaram um estudo com uma amostra de 229 crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 6 anos, e respetivas famílias. Os dados foram recolhidos através de instrumentos de autorrelato preenchidos pelos pais. Os autores concluíram que a demonstração de afeto e o suporte da autonomia (e.g., promoção da resolução de problemas e tomada de decisão por parte da criança, apoio na exploração do mundo) estavam associados a comportamentos de cooperação e obediência na criança. Por sua vez, Waller, Gardner, Dishion, Stinick, Shaw, Winter e Wilson (2014) realizaram um estudo longitudinal do qual fez parte uma amostra que apresentava um ou mais dos seguintes fatores de risco: problemas de comportamento, problemas familiares (e.g., depressão maternal) e/ou vulnerabilidade sociodemográfica (e.g., baixa escolaridade). Os dados foram recolhidos através de observações naturalistas na casa das famílias e de instrumentos de autorrelato (cuidadores) e heterorrelato (observadores externos e professores). Neste estudo, concluiu-se que a presença de comportamentos parentais de suporte aos 2 anos de idade predizem menores problemas de externalização, maior controlo inibitório e melhores competências sociais e académicas aos 7 anos de idade.

Segundo Baumrind (1967), a *dimensão de controlo* refere-se aos comportamentos parentais que têm em vista o processo de socialização da criança. Corresponde à tentativa de integrar a criança na família e na sociedade, procurando moldar e/ou modificar os seus comportamentos e orientá-los em direção aos objetivos (Baumrind, 1967). Os comportamentos parentais de controlo promovem a internalização e aceitação das regras e normas parentais e sociais, recorrendo à aplicação de regras de forma consistente e à exigência de obediência (Baumrind, 1967).

A dimensão de controlo pode distinguir-se entre controlo comportamental e controlo psicológico (Barber, 1996; Cummings, Davis, & Campbell, 2000). O controlo comportamental corresponde aos comportamentos parentais que tentam gerir, regular ou

supervisionar o comportamento da criança (Barber, 1996; Bean et al., 2006). Inclui-se, dentro desta dimensão, a disciplina e a monitorização. A monitorização representa o grau de atenção e supervisão mantido pelos pais de modo a conhecer e controlar as atividades e a localização da criança (Cummings et al., 2000). A disciplina envolve as expectativas parentais para o comportamento da criança e a transmissão de valores, utilizando determinadas estratégias para o cumprimento de regras e o recurso a consequências consistentes (Cummings et al., 2000; Griffithj & Grolnick, 2013).

Entre as práticas que representam a disciplina, podemos encontrar formas mais positivas ou negativas de controlo. No extremo negativo encontra-se a coerção parental, que se refere ao uso de força arbitrária sem racional de explicação (e.g., punição física) e tem como objetivo pressionar a criança a comportar-se de acordo com o pretendido pelos pais (Peterson, Rollins, & Thomas, 1985). Inversamente, a indução corresponde à tentativa de influenciar o comportamento da criança, procurando que esta obedeça voluntariamente aos desejos dos pais, por meio da comunicação. Isto é, os pais transmitem à criança as expectativas para o seu comportamento, explicam a necessidade e razão de determinado comportamento e deixam claro as consequências desse comportamento para si e para os outros (Peterson et al., 1985).

A dimensão de controlo e, em especial, as práticas de disciplina têm sido largamente estudadas. Num estudo longitudinal desenvolvido por Choe, Olson e Sameroff (2013), procurou-se compreender o papel das práticas parentais de disciplina, nomeadamente a indução e punição física, nos problemas de externalização. Esta investigação contou com uma amostra de 241 crianças, e respetivas famílias e professores. Concluiu-se que a utilização, por parte das mães, da indução quando a criança tem cerca de 3 anos de idade prediz menores problemas de externalização (reportados pelos professores), aos 5 anos de idade. Observou-se que as mães que recorrem à indução tendem a utilizar menos a punição física como prática disciplinar, 3 anos depois. Os autores concluíram, igualmente, que o uso de punição física em idade pré-escolar revelou-se preditor da presença de problemas de externalização na infância, tratando-se de uma relação bidirecional (i.e., os problemas de comportamento da criança tendem a elicitar, nos pais, o recurso a punição física).

Em particular, relativamente à vertente mais negativa da disciplina, Gershoff e Grogan-Kaylor (2016) realizaram um estudo de meta-análise onde analisaram 1574 artigos, com o objetivo de compreender os efeitos da punição física na criança e no adulto. Concluiu-se que a utilização de punição física, por parte dos pais, estava associada a uma reduzida internalização das normas e valores morais, à existência de comportamentos agressivos,

delinquentes e antissociais, de problemas de internalização, relações negativas entre pais e filhos, défices nas competências cognitivas e baixa autoestima.

Ainda sobre a dimensão de controlo parental, o controlo psicológico manifesta-se nos comportamentos que recorrem à manipulação da relação entre pais e filhos e tem como objetivo levar a criança a pensar, sentir ou comportar de acordo com o desejado pelos pais (Barber, 1996; Barber & Harmon, 2002). São diversas as práticas parentais intrusivas e manipulativas que representam a dimensão do controlo psicológico: indução de culpa (i.e., usar mensagens de culpa para pressionar a criança a obedecer aos pedidos dos pais), retirada de amor (i.e., usar o afeto ou a atenção parental em função do comportamento da criança), invalidação dos pensamentos ou emoções (i.e., ignorar ou negar a perspetiva da criança) e restrição do comportamento (i.e., excluir a criança de oportunidades externas) (Barber & Harmony, 2002).

Com o objetivo de entender a influência do controlo psicológico no comportamento das crianças, Nelson, Yang, Coyne, Olsen e Hart (2013) recorreram a uma amostra comunitária de 207 crianças em idade pré-escolar e respetivos pais. Os dados deste estudo foram recolhidos através de medidas de auto e heterorrelato preenchidas pelos pais e professores. Os autores concluíram que a utilização de práticas parentais de controlo psicológico como humilhar, limitar as expressões verbais, retirada de amor e indução de culpa estão relacionadas com a presença de comportamentos de agressão física e relacional (i.e., comportamentos que procuram manipular ou prejudicar as relações sociais) nas crianças. Num estudo de meta-análise (Kuppens, Laurent, Heyvaert, & Onghena, 2013), procurou-se compreender a associação entre o controlo psicológico parental e a agressão relacional em crianças e jovens adolescentes. Foram analisados 165 estudos dos quais fizeram parte 8959 crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 4 e os 16 anos. Os resultados demonstraram que quanto mais os pais tentam controlar o mundo psicológico dos filhos, maior é a probabilidade das crianças e jovens adolescentes comportarem-se agressivamente nas suas relações com os pares, independentemente do progenitor ou género da criança/adolescente.

De forma geral, os comportamentos parentais de controlo psicológico tendem a afetar negativamente o bem-estar e o desenvolvimento psicológico e emocional da criança (e.g., processo de pensamento, expressão emocional, vinculação aos pais) e interferem no desenvolvimento da autonomia, independência e perceção de competência (Barber, 1996; Smetana & Daddis, 2002). Neste sentido, o controlo psicológico poderá ser entendido como um inibidor do desenvolvimento infantil (Bean et al., 2006).

A relação que a criança estabelece com os pais constitui a base referencial de todas as outras. Desta forma, facilmente percebemos, através da investigação realizada em torno das práticas parentais e do seu impacto no desenvolvimento da criança, que os modelos afetivos e de interação que os pais utilizam para lidar com os filhos influenciam significativamente a forma como a criança se comporta e relaciona com os outros, como lida com as suas emoções e aprende (Camacho & Matos, 2006; Salvador & Weber, 2005).

2. Perturbações Disruptivas do Comportamento na Infância

As Perturbações Disruptivas do Comportamento estão entre os quadros psicopatológicos mais diagnosticados durante a infância e a adolescência (Pardilhão, Marques, & Marques, 2009). Estas perturbações constituem uma das principais razões pelas quais crianças em idade pré-escolar e escolar são encaminhadas para os serviços de saúde mental, e apresentam um potencial impacto negativo no seu desenvolvimento (Homem, Gaspar, Santos, Azevedo, & Canavarro, 2013). Dentro deste grupo de perturbações podemos encontrar a Perturbação de Desafio e Oposição (PDO) e a Perturbação do Comportamento (PC) propriamente dita (APA, 2013).

De forma geral, a PDO caracteriza-se pela presença de um padrão persistente de comportamentos de provocação, hostilidade, desafio, oposição e desobediência dirigidos, maioritariamente, às figuras de autoridade (Hinshaw & Lee, 2003; Quay & Stringaris, 2012). De igual forma, verifica-se a persistência de emoções negativas de raiva e irritação (APA, 2013). Esta perturbação é relativamente comum durante a infância, sendo que a prevalência varia entre 1% a 11%, com uma média estimada de 3,3%, e é significativamente mais comum entre rapazes (APA, 2013). Geralmente, os primeiros sintomas surgem durante a idade pré-escolar (Quay & Stringaris, 2012).

Por seu lado, a PC inclui um conjunto de comportamentos antissociais e agressivos de maior gravidade, que envolvem a violação dos direitos básicos dos outros e das principais normas e regras sociais (Hinshaw & Lee, 2003). Estima-se que a prevalência na população varie entre 2% a 10%, com uma mediana de 4%, e observa-se em maior número no sexo masculino (APA, 2013; Parritz & Troy, 2014). O início da PC pode ocorrer precocemente, durante a idade pré-escolar, mas os primeiros sintomas significativos tendem a emergir entre a segunda infância e a adolescência (APA, 2013).

Durante a infância, estas perturbações estão frequentemente associadas à Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção (PHDA) (3-41%), podendo igualmente apresentar-se

em comorbilidade com Perturbações do Humor (0-46%) e Perturbações de Ansiedade (0-41%) (Pardilhão et al., 2009). A PHDA engloba um padrão comportamental caracterizado, essencialmente, por um excesso de atividade motora, impulsividade e/ou por uma persistente falta de atenção, desproporcionais à fase do desenvolvimento em que se encontra a criança (APA, 2013). Estima-se que 3% a 7% das crianças em idade escolar preencham os critérios para esta perturbação do neurodesenvolvimento, existindo uma prevalência superior no sexo masculino (Azevedo, Santos, Gaspar, & Homem, 2012).

De modo a compreender e explicar globalmente o desenvolvimento e manutenção dos problemas de comportamento disruptivo infantil, Granic e Patterson (2006) propuseram um modelo explicativo que assenta na **teoria da coerção**, inicialmente baseada nos princípios do condicionamento operante e da teoria da aprendizagem, e que recentemente abarcou os princípios dos sistemas dinâmicos. Foi a partir de estudos microssociais, nos quais foram observados os processos de interação entre cuidadores e crianças em risco, que Patterson (1982) evidenciou o papel desempenhado pelo padrão de interação coercivo entre ambos no desenvolvimento e manutenção do comportamento antissocial infantil.

O *processo de interação coercivo* tende a iniciar-se quando os cuidadores exigem obediência por parte da criança e, em resposta, esta comporta-se de forma coerciva (e.g., birra, choro) (Granic & Patterson, 2006). A partir deste momento, o ciclo de negatividade existente entre os pais e a criança pode escalar e, através de um processo de reforço mútuo, o comportamento parental reforça insensatamente o comportamento disruptivo da criança que, em paralelo, aumenta as respostas negativas por parte dos pais (Pereira, 2009). Ao ficar frustrado, o cuidador acaba por ceder a esta escalada, sendo reforçado por uma paz temporária visto que a criança, ao percecionar a aquiescência parental, cessa o comportamento negativo. Contudo, o desaparecimento do comportamento de coação do cuidador reforça paradoxalmente o comportamento coercivo da criança, resultando na manutenção dos problemas de comportamento. Este ciclo negativo de interação mantém-se, assim, ao longo do tempo, sustentado pelo comportamento disruptivo da criança e pelas práticas coercivas, inconsistentes e permissivas dos pais (Parritz & Troy, 2014).

Neste modelo são ainda considerados, relativamente à interação familiar, dois *padrões diádicos* responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção do comportamento antissocial infantil: hostilidade mútua e permissividade (Granic & Patterson, 2016). Como referido anteriormente, a hostilidade mútua reflete-se na capacidade da agressividade da criança poder provocar agressividade no progenitor. Contudo, prende-se, igualmente, com os processos cognitivos e emocionais implicados neste ciclo negativo de interação. Assim, além

do comportamento agressivo, estão presentes sentimentos de irritação e cognições de que o progenitor é injusto que, por sua vez, desencadeiam no cuidador sentimentos de ansiedade e cognições de que é mau pai ou má mãe, de que não é amado pela criança ou que está a ser excessivamente punitivo. Associado a estes mecanismos afetivo-cognitivos está, geralmente, um padrão de permissividade em que o cuidador responde positivamente ao comportamento disruptivo da criança, mas como este continua, a hostilidade parental é exacerbada (Granic & Patterson, 2006). Prolongando-se ao longo do tempo, os padrões comportamentais coercivos, as cognições e os estados emocionais negativos, tornam-se mais estáveis e previsíveis. Por exemplo, com base nas contínuas interações negativas entre a criança e o progenitor, este formula atribuições negativas em relação à criança, reagindo de forma agressiva e hostil mesmo quando o seu comportamento não é particularmente aversivo (Granic & Patterson, 2006).

Além disso, a persistência deste tipo de interação coerciva contribui para a cristalização do comportamento antissocial da criança no seu repertório comportamental, podendo generalizar-se a outros contextos que não apenas o familiar. Por exemplo, no contexto escolar o comportamento disruptivo pode dificultar a interação com os pares e professores, havendo um maior risco de dificuldades académicas e rejeição por parte dos pares com tendências pró-sociais (Parritz & Troy, 2014; Quay & Stringaris, 2012).

Segundo os princípios dos sistemas dinâmicos nos quais se basearam Granic e Patterson (2006), é através dos processos microssociais (i.e., interações familiares e entre pares) que os fatores de risco globais, isto é, os processos macrossociais, exercem a sua influência no desenvolvimento da criança. Por sua vez, os processos macrossociais criam constrangimentos em cascata que são simultaneamente resultado (dos processos anteriores) e fatores de risco (dos processos posteriores). Assim, para compreender o surgimento e manutenção dos padrões de coerção entre os pais e filhos é necessário atender aos possíveis e vários *fatores de vulnerabilidade* implicados. Na criança, é possível observar um temperamento difícil relacionado com dificuldades na regulação comportamental e emocional, que se manifestam através da irritabilidade, impulsividade, elevados níveis de reatividade emocional e baixa tolerância à frustração (Granic & Patterson, 2006; Parritz & Troy, 2014; Quay & Stringaris, 2012). Nos pais, os fatores de vulnerabilidade incluem, por exemplo, as características parentais (e.g., depressão materna, presença de comportamento antissocial nos cuidadores) e o uso de práticas parentais inadequadas (e.g., inconsistência, coerção parental, ausência de monitorização, negligência) (Granic & Patterson, 2006; Parritz & Troy, 2014). O ambiente poderá, igualmente, constituir um fator de vulnerabilidade

quando a criança pertence a uma família de nível socioeconómico baixo ou reside numa comunidade pobre e/ou violenta (Granic & Patterson, 2006).

A teoria da coerção dá-nos a oportunidade de compreender a complexidade e a conexão entre diversos fatores que culminam no surgimento e manutenção das perturbações disruptivas do comportamento na infância. Mais importante, permite refletir acerca da prevenção e intervenção neste tipo de problemas, nomeadamente através do impacto e importância dada à qualidade e características da relação entre os pais e as suas crianças.

3. Programas de Intervenção Parental

Ao longo deste trabalho, tem sido referido o impacto e importância das práticas parentais e dos padrões relacionais entre os pais e as crianças, no desenvolvimento infantil saudável (ou patológico). A associação entre défices ao nível das competências parentais, dificuldades na relação entre os pais e a criança, e problemas de comportamento disruptivo infantil, justificam a necessidade de programas de intervenção parental (IP) dirigidos à modificação destas dimensões.

Segundo Dishion e Stormshak (2007), os programas de IP integram quatro objetivos globais, sendo o primeiro dar a conhecer aos pais competências de gestão do comportamento inadequado da criança (e.g., ignorar, reforço verbal, consequências naturais e lógicas, *time-out*, estabelecimento de regras, resolução de problemas). Os programas de IP constituem, assim, um contexto onde os pais podem modificar e potenciar as suas práticas parentais, transformando-se progressivamente em modelos emocionais e comportamentais mais positivos. O segundo objetivo é de carácter psicoeducacional e envolve aumentar o conhecimento dos pais acerca do processo de desenvolvimento da criança, designadamente marcos desenvolvimentistas referentes a questões sociais e emocionais. Pretende-se, assim, que os cuidadores sejam capazes de valorizar as especificidades e características dos seus filhos. Visto que os programas de IP são uma forma indireta de intervir nas crianças por intermédio dos pais, o terceiro objetivo implica capacitar os pais para que estes possam ajudar os seus filhos, sabendo como responder aos desafios que surgem durante a infância, através do recurso a práticas adequadas à sua fase de desenvolvimento. Por fim, os programas de IP pretendem melhorar a qualidade das interações entre os pais e as crianças, promovendo a melhoria das competências parentais e do tempo passado em família.

Os programas de IP apresentam um formato estruturado, que poderá ser aplicado individualmente ou em grupo aos pais, ou até professores. Estes programas podem

complementar uma intervenção direta com a criança, constituir o único tratamento ou fazer parte de uma intervenção multimodal. Os programas de IP são, normalmente, compostos por 8 a 20 sessões e podem ser aplicados em diferentes contextos (e.g., clínico, comunitário, escolar) (Webster-Stratton & Reid, 2010).

Na sua generalidade, os programas de IP baseiam-se nos princípios da aprendizagem social e do condicionamento operante. Neste sentido, ajudam, por exemplo, os pais a identificar e a modificar antecedentes (e.g., através do estabelecimento de regras) e as consequências dos comportamentos da criança (e.g., usando reforços ou consequências naturais ou lógicas) (Azevedo, 2013). No entanto, os programas de IP possuem alguns aspetos distintos, nomeadamente os métodos de aplicação, a duração do programa, a idade-alvo das crianças, e as diversas dimensões da parentalidade e componentes do desenvolvimento infantil (e.g., cognitivos, afetivos, comportamentais, relacionais) abordados e aprofundados (Homem, 2014).

No QUADRO 1 encontra-se uma breve descrição dos principais programas de IP para pais de crianças com problemas de comportamento. A investigação feita em torno destes programas tem demonstrado a sua eficácia na melhoria do comportamento parental e infantil. Por exemplo, Menting, Castro e Matthys (2013) desenvolveram um estudo de meta-análise, no qual foram incluídos 50 estudos, tendo os resultados demonstrado que o programa *Incredible Years* (IY) é eficaz, a curto e longo prazo, na redução dos comportamentos disruptivos e no aumento dos comportamentos pró-sociais nas crianças. Relativamente ao comportamento parental, o IY mostrou ser eficaz na redução das práticas parentais negativas, na promoção da parentalidade positiva, no aumento da autoeficácia parental e na melhoria das interações entre pais e filhos (Homem, Gaspar, Seabra-Santos, Azevedo, Canavarro, 2014; Seabra-Santos, Gaspar, Azevedo, Homem, Guerra, Martins, Leitão, Pimentel, Almeida, & Moura-Ramos, 2016).

Numa revisão sistemática e de meta-análise da qual fizeram parte 101 estudos (Sanders, Kirby, Telleger, & Day, 2014), o programa *Triple P* mostrou-se eficaz, a curto e a longo prazo, no desenvolvimento de competências sociais, emocionais e comportamentais nas crianças. Nos cuidadores, observou-se uma melhoria das práticas parentais, e um aumento da satisfação, ajustamento e autoconfiança parental. Estes resultados têm se verificado em diferentes “arranjos” (e.g., famílias monoparentais, adotivas e de acolhimento) e características familiares (e.g., depressão materna, intensos conflitos conjugais) (Ionutiu, 2016).

Por sua vez, o *Parent Management Training – Oregon Model* (PMTO) tem mostrado ser eficaz na redução dos problemas de comportamento infantil e no aumento das práticas parentais positivas, assim como na atenuação do *stress* parental e dos sintomas psicopatológicos dos pais (Thijssen, Vink, Muris, & Rutter, 2016).

QUADRO 1: Descrição dos principais programas de intervenção parental

Programa e Autor	Duração e População Alvo	Objetivos	Implementação
<p><i>Incredible Years</i> (IY)</p> <p>Carolyn Webster-Stratton</p>	<p>12 sessões semanais de 2 horas</p> <p>Pais, professores e crianças entre os 4 e 8 anos</p>	<p>Os objetivos do IY são adaptados a cada faixa etária e nível de desenvolvimento. De forma geral, o programa tem como objetivo a promoção da parentalidade positiva e competências parentais. Mais especificamente, o IY pretende: a) promover a autoconfiança e autoeficácia dos pais; b) fortalecer as famílias, promovendo a relação e vinculação entre pais e filhos; c) aumentar a capacidade dos pais utilizarem a brincadeira ou jogo, os elogios e as recompensas para estimular as competências sociais, emocionais, académicas, verbais e de persistência da criança; d) reduzir as práticas parentais negativas e aumentar as positivas; e) alargar a rede de apoio da família; e, f) fortalecer a relação escola-casa e fomentar o envolvimento dos pais nas atividades escolares.</p>	<p>Em termos de metodologia, o IY recorre à modelagem por meio de vídeos que representam interações positivas entre pais-filhos e ao <i>role-play</i> de situações. Os vídeos incentivam as discussões em grupo, a resolução de problemas e a aprendizagem colaborativa.</p>
<p><i>Triple P</i></p> <p>Matthew Sanders</p>	<p>Média de 8 a 10 sessões semanais consoante o nível de intervenção</p> <p>Pais de crianças e adolescentes entre os 2 e 16 anos</p>	<p>O <i>Triple P</i> apresenta cinco níveis de intervenção que variam de acordo com as necessidades de cada família e com a gravidade dos problemas comportamentais e emocionais da criança. De forma geral, o programa tem como objetivo prevenir e tratar problemas sociais, emocionais e comportamentais nas crianças ao promover o conhecimento, as competências e a confiança dos pais. Mais especificamente, o <i>Triple P</i> pretende: a) reduzir o uso de práticas parentais coercivas e métodos de disciplina punitivos, b) aumentar o uso de práticas parentais positivas, c) desenvolver a capacidade de autorregulação parental, d) diminuir o <i>stress</i> parental e, e) promover técnicas de comunicação na família.</p>	<p>As sessões do <i>Triple P</i> podem ser individuais, em grupo, <i>on-line</i> ou autoaplicadas. As principais metodologias utilizadas nas sessões são a modelagem e o <i>role-play</i>. São feitas apresentações didáticas e de vídeos, assim como atividades em pequeno grupo.</p>
<p><i>Parent Management Training – Oregon Model</i> (PMTO)</p> <p>Gerald Patterson</p>	<p>10, 12 ou 14 sessões semanais de 2 horas</p> <p>Pais de crianças e adolescente entre os 2 e 18 anos</p>	<p>O PMTO tem como objetivo quebrar o padrão de interação coercivo familiar, promovendo cinco competências parentais centrais: a) reforço dos comportamentos pró-sociais, c) disciplina, d) monitorização, e) resolução de problemas, e f) envolvimento positivo.</p>	<p>As sessões do PMTO podem ser de carácter individual ou grupal. A apresentação das diferentes práticas parentais é feita gradualmente (i.e., das básicas para as complexas) e estas são praticadas através de exercícios de <i>role-play</i> e modelagem.</p>

3.1. Adults and Children Together (ACT) – Raising Safe Kids Program

O ACT é um programa educativo parental de prevenção universal baseado em estudos empíricos de prevenção da violência na infância e foi desenvolvido pela *American Psychological Association* (APA) (Silva & Williams, 2016). É um programa de fácil implementação e tem recebido uma avaliação positiva por parte dos participantes, assim como elevados níveis de adesão e satisfação relativamente ao seu currículo (Portwood, Lambert, Abrams, & Nelson, 2011). Em especial, Portwood e colaboradores (2011) identificaram três pontos fortes do programa ACT: a) o potencial benefício para todos os pais, independentemente do seu nível de risco, ao fornecer psicoeducação sobre o processo de desenvolvimento da criança, estratégias de prevenção da violência, assim como práticas parentais positivas; b) o baixo custo de implementação; e c) a possibilidade de ser incorporado num quadro mais amplo de serviços comunitários de prevenção da violência e maus-tratos infantis.

Este programa de IP baseia-se nos princípios da abordagem comportamental e da aprendizagem cognitiva social. Com base nos princípios comportamentais, um dos objetivos do programa prende-se com a prevenção e modificação de padrões disfuncionais (antecedentes e consequentes) que contribuem para a manutenção do comportamento problemático da criança. Pretende, desta forma, transformar o ciclo de interações disfuncionais entre pais e filhos e construir relações e padrões comportamentais mais positivos e duradouros (Patterson, 1969). O programa ACT assenta, igualmente, nos princípios da teoria da aprendizagem social. Assim, outro dos seus objetivos é enfatizar a importância de modelar o comportamento adaptativo da criança, evitando expô-la a comportamentos violentos que possa imitar (Knox, Burkhart, & Hunter, 2010).

O ACT é composto por 8 sessões e destina-se a pais de crianças entre os 0 e os 8 anos de idade, período de desenvolvimento crítico no qual as crianças aprendem competências básicas interpessoais e de autocontrolo que podem ter impacto a longo prazo nas suas vidas (Knox & Burkhart, 2011; Porter & Howe, 2008).

3.1.1. Componentes do Programa ACT

O programa ACT integra intervenções de carácter sociocognitivo (e.g., instrução didática, modelagem, *role play*) que pretendem ajudar indiretamente a criança a resolver problemas sociais e a desenvolver atitudes e crenças não violentas e competências sociais positivas. O desenvolvimento destas competências na criança é feito através da modelagem

dos comportamentos dos pais, com recurso a outras competências parentais e estratégias de comunicação. É fornecida informação acerca do desenvolvimento da criança e dos potenciais fatores de risco para o seu desenvolvimento saudável (Knox et al., 2011). Por fim, o ACT enfatiza a importância do envolvimento parental positivo na vida da criança (e.g., monitorizar e guiar o comportamento da criança sem recorrer à violência) (Silva & Williams, 2016).

i. Desenvolvimento da Criança

A falta de conhecimento, por parte dos pais, acerca do desenvolvimento da criança é considerada um dos principais fatores de risco de maus-tratos infantis (Bethea, 1999). Tendencialmente, pais com expectativas irrealistas relativamente à criança podem ficar facilmente frustrados quando estas não se comportam da forma como esperavam, aumentando a probabilidade de se envolverem em interações negativas com a criança. Estas interações são mais exequíveis quando os pais atribuem o comportamento da criança a más intenções, em vez de atribuírem a fatores de desenvolvimento (Smith Slep & O’Leary, 2007). O ACT procura desafiar este tipo de atribuições e dar a conhecer diferentes razões pelas quais a criança se comporta de determinada forma, definindo comportamentos a esperar e métodos educativos apropriados a cada estágio de desenvolvimento (Knox et al., 2010).

ii. Gestão da Raiva e Competências de Resolução de Problemas Sociais

O programa ACT promove a aprendizagem de competências de resolução de problemas sociais e de gestão de emoções fortes. De acordo com a teoria da aprendizagem social (Bandura, 1977), os pais aprendem a gerir a sua própria raiva e, posteriormente, aprendem a modelar estas competências para que os seus filhos as aprendam. Os pais são orientados no sentido de adaptar as práticas à fase de desenvolvimento da criança (Knox, Burkhart, & Howe, 2011). As crianças tendem a demonstrar menos comportamentos agressivos e a melhorar o comportamento em geral quando possuem, no seu relatório, a capacidade de resolver problemas e gerir emoções fortes (Knox et al., 2010). De forma semelhante, os pais que desenvolvem estas competências apresentam melhorias nas suas práticas parentais, diminuindo assim a probabilidade de utilizarem práticas punitivas.

iii. Disciplina Não-violenta

A promoção da disciplina eficaz e não coerciva é indispensável num programa de prevenção da violência e maus-tratos infantis. Assim, o programa ACT procura educar os pais sobre os potenciais efeitos negativos da punição física e dá a conhecer outros métodos

eficazes a curto e longo prazo e que não envolvem violência. O ACT dá ênfase ao ensino de práticas de disciplina não-violenta tais como o reforço positivo do comportamento pró-social e de obediência da criança, o estabelecimento de limites e o uso de consequências lógicas e apropriadas à fase de desenvolvimento (Knox et al., 2011). Quando os pais recorrem a estes métodos, o relacionamento entre pais e filhos tende a melhorar e o *stress* parental diminui, assim como a probabilidade de maus-tratos infantis (Knox et al., 2010).

iv. Efeitos dos Meios Eletrônicos de Comunicação

A exposição à violência nos meios de comunicação (e.g., violência na televisão, em filmes e jogos de computador) aumenta a probabilidade de ocorrência de comportamentos agressivos e violentos nas crianças, tanto a curto como a longo prazo (Murray, 2008). Por estas razões, o programa ACT educa os pais acerca dos efeitos negativos da violência nos meios de comunicação e ajuda-os a reduzir a exposição à mesma (Knox et al., 2010).

v. Métodos de Proteção das Crianças à Exposição à Violência

O programa ACT pretende educar os pais sobre o impacto negativo da violência na vida da criança e ensinar várias formas de as proteger da exposição à violência em casa, nos meios eletrônicos de comunicação e na comunidade (Knox et al., 2011). Deste modo, o ACT visa promover ambientes livres de violência e que proporcionem o desenvolvimento de competências de confronto positivas isentas de agressão (Holt, Buckley, & Whelan, 2008).

3.1.2. Eficácia do Programa ACT

Vários estudos têm sido desenvolvidos com o intuito de avaliar a eficácia do programa ACT, a diferentes níveis. De forma geral, o ACT parece cumprir os objetivos a que se propõe.

Uma das vertentes estudadas é a capacidade do programa fornecer conhecimentos e desenvolver competências parentais mais positivas e eficazes (Knox, et al., 2010; Knox et al., 2013; Weymouth & Howe, 2011). Para tal, foram utilizadas medidas de autorrelato completadas pelos pais, pré e pós-intervenção. Com base nos resultados, o ACT revelou-se eficaz no aumento da utilização de práticas parentais pró-sociais, da literacia acerca da violência nos meios eletrônicos de comunicação e do conhecimento sobre as fases de desenvolvimento infantil, assim como uma melhoria das competências de prevenção da violência (Weymouth & Howe, 2011). Comparativamente aos grupos de controlo, os pais que

participaram no programa ACT demonstraram um aumento mais acentuado de comportamentos positivos e de afeto e uma maior redução de comportamentos coercivos como os de violência física e psicológica dirigida à criança (Knox et al., 2010; Knox et., 2013).

Em oposição, outros estudos tiveram como foco principal o potencial impacto do ACT no comportamento da criança. É exemplo o estudo desenvolvido por Knox, Burkhart e Howe (2011). Nesta investigação, fez parte uma amostra comunitária de 87 pais de crianças com idade igual ou inferior a 10 anos. Estes pais completaram várias medidas de heterorrelato com o intuito de se avaliar os problemas de externalização das crianças. Em comparação com o grupo de controlo, as crianças cujos pais participaram no ACT melhoraram significativamente o seu comportamento. Por sua vez, Burkhart, Knox e Brockmyer (2012) pretendiam compreender o impacto do programa ACT nos comportamentos de *bullying* da criança. Este estudo contou com uma amostra de 25 pais de crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 10 anos. Os autores recorreram a instrumentos de autorrelato que foram preenchidos pelos pais, antes e após a participação no ACT. Os resultados indicaram uma diminuição significativa dos comportamentos de *bullying* nas crianças cujos pais haviam participado no ACT.

Dois estudos mais recentes procuraram compreender os efeitos do ACT nos pais e nas crianças. O estudo de Altafim, Pedro e Linhares (2016), que teve como objetivo comparar as práticas parentais e os problemas de comportamento da criança, pré e pós-intervenção, com base nas perceções maternas e de outro cuidador. A amostra deste estudo era constituída por 82 mães. Foi utilizada uma abordagem multi-informantes, tendo as práticas parentais sido avaliadas pelas mães, enquanto o comportamento da criança foi avaliado pelas mães e outros 72 cuidadores primários. Os resultados revelaram que as mães melhoraram as suas práticas parentais, após a participação no programa ACT. Relativamente às crianças, tanto as mães como os cuidadores primários reportaram uma diminuição dos problemas de comportamento.

Por seu lado, Knox e Burkhart (2014) realizaram um estudo com o intuito de avaliar os comportamentos parentais de cuidado e afeto, o uso de disciplina coerciva, assim como a presença de problemas de comportamento infantil, antes e após a participação no ACT. Esta investigação contou com uma amostra comunitária de 60 pais de crianças com idade igual ou inferior a 9 anos de idade. Após a participação no programa ACT, os pais reportaram um aumento dos comportamentos de afeto e cuidado, uma diminuição da utilização de práticas parentais coercivas e uma diminuição dos problemas de comportamento da criança.

De igual forma, outros investigadores procuraram explorar o impacto do ACT nos progenitores e crianças para além da comparação pré e pós-intervenção, tentando investigar os efeitos a longo prazo através de avaliações *follow-up* 3 meses após o termino do programa. É exemplo o estudo realizado por Porter e Howe (2008), do qual fizeram parte 17 pais. Foram utilizados instrumentos de auto e heterorrelato completados pelos pais. Após a participação no ACT, os pais demonstraram uma diminuição do uso da punição física, enquanto na avaliação *follow-up* nenhum dos pais reportou ter utilizado esta prática parental num passado recentemente (i.e., nas 2 semanas anteriores). Comparando as avaliações pré-intervenção e *follow-up*, os pais demonstraram uma melhoria da autorregulação emocional e observaram uma diminuição dos comportamentos agressivos da criança.

Portwood e colaboradores (2011) realizaram uma investigação semelhante em termos de desenho do estudo. A amostra era constituída por 271 pais e a recolha de dados realizou-se através de instrumentos quantitativos de autorrelato e qualitativos, nomeadamente o *focus group*. Foram observadas várias mudanças indicativas de uma parentalidade mais positiva e eficaz. Em comparação com o grupo de controlo, os pais que participaram no ACT reportaram uma diminuição mais acentuada do uso de disciplina coerciva (física e verbal), tanto na conclusão do programa como no *follow-up* passados 3 meses. Observou-se, igualmente, um aumento dos comportamentos de cuidado e afeto e uma maior adequação das expectativas no *follow-up*, comparativamente ao grupo de controlo. Por sua vez, os dados qualitativos forneceram uma visão mais global da experiência dos pais. Assim, relataram sentir que o ACT os ajudou a tornarem-se melhores pais, a controlar a raiva, a utilizar práticas parentais mais positivas e eficazes e a compreender o comportamento da criança tendo em conta a sua fase de desenvolvimento. Referiam, ainda, que o ACT aumentou a sua consciência acerca do impacto dos meios eletrónicos de comunicação e da violência, ajudou-os a pensar antes de reagir e a entender a perspetiva da criança.

Tendo em conta as características das amostras dos vários estudos referidos, o programa ACT tem-se mostrado eficaz em diferentes grupos étnicos (Knox et al., 2013; Weymouth & Howe, 2011), em populações com baixos rendimentos económicos (Porter & Howe, 2008; Portwood et al., 2011; Weymouth & Howe, 2011), baixa escolaridade (Weymouth & Howe, 2011), e/ou pertencentes a países em desenvolvimento (Altafim et al., 2016).

Podemos assim concluir, que o programa ACT tem vindo a apresentar resultados positivos e reveladores de eficácia em termos de educação parental e prevenção da violência e maus-tratos infantis. Numa revisão sistemática de estudos sobre programas de intervenção

parental, Altafim e Linhares (2016) resumiram o impacto do ACT nas práticas parentais e no comportamento da criança. No que se refere à conduta parental, conclui-se que o ACT é eficaz na redução do uso de práticas coercivas (e.g., violência física, verbal, psicológica), no aumento de conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil, de comportamentos e crenças relacionados com a prevenção da violência e da literacia sobre os meios eletrónicos de comunicação. Observam-se, igualmente, melhorias em termos de competências como a gestão emocional, resolução de problemas pró-sociais e comportamentos parentais positivos, de cuidado e afeto. Os problemas de externalização da criança sofreram também reduções significativas após a participação parental no ACT. Assim, este programa pode ser utilizado como abordagem preventiva, mas também dirigido à redução de problemas de externalização. Em especial, o ACT mostrou ser até eficaz na redução de comportamentos de *bullying* nas crianças, sugerindo a importância de envolver os pais na prevenção destes comportamentos.

3.2. Programas de Intervenção Parental Segundo a Perspetiva dos Pais

O impacto e eficácia dos programas de IP têm sido maioritariamente estudados através de métodos quantitativos (Levac, McCay, Merka, & Reddon-D'Arcy, 2008). Todavia, a abordagem qualitativa tem possibilitado o entendimento dos processos de mudança através da exploração das experiências parentais nos programas de IP. Ademais, as perceções parentais proporcionam uma maior compreensão das características dos programas consideradas importantes para os pais, assim como da utilidade dos mesmos. O conhecimento sobre a vivência dos pais ao longo dos programas de IP fornece dados relevantes para o desenvolvimento de programas que correspondam às suas preocupações e necessidades e que promovam o processo de mudança, o envolvimento e o bem-estar dos pais, das crianças e das famílias (Kane, Wood, & Barlow, 2008). São poucos os estudos qualitativos que têm procurado explorar a perspetiva dos pais sobre o impacto dos programas de IP. Em seguida, estão descritos alguns estudos qualitativos relevantes.

Numa revisão sistemática realizada por Kane e colaboradores (2008), foram analisados 4 estudos qualitativos que procuraram compreender a experiência e perceção dos pais acerca dos programas de IP. Segundo os relatos dos pais, os programas de IP ajudaram-nos a adquirir conhecimentos e competências para gerir os problemas de comportamento da criança que, em combinação com os sentimentos de aceitação e apoio por parte do restante grupo, permitiu que ganhassem novamente controlo e se tornassem mais capazes de lidar com as situações difíceis. Em geral, os pais reportaram um aumento do uso de disciplina

positiva. Como resultado, relataram um aumento da confiança e uma redução dos sentimentos de culpa. Ademais, observou-se um aumento da empatia relativamente à criança e uma maior sensibilidade aos seus desafios desenvolvimentistas. Por fim, os pais reconheceram que uma parentalidade eficaz requer o investimento de tempo e energia.

Com o objetivo de compreender o impacto e avaliar a implementação do programa *Triple P*, Errázuriz, Cerfogli, Moreno e Soto (2016) desenvolveram um estudo qualitativo com uma amostra de 34 pais de crianças com idades compreendidas entre os 2 e os 11 anos. Neste estudo foram realizados três *focus group* na última sessão do programa. Para a recolha de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada com os seguintes tópicos de interesse: pontos fortes e fracos do programa, limitações da implementação e sugestões, adequação cultural do programa à realidade dos participantes, e ganhos e dificuldades percecionadas. Os dados recolhidos foram analisados segundo os princípios da *grounded theory* e a categorização foi realizada por um psicólogo independente que não estava familiarizado com o programa *Triple P*.

Relativamente ao **impacto do programa**, observaram-se mudanças centradas nos pais, na relação com a criança, na dinâmica familiar e no comportamento da criança. No que toca às *mudanças nos pais*, estes descreveram uma nova noção de parentalidade, sendo que o foco passou a estar nas atitudes parentais e não apenas no comportamento da criança. Os pais reconheceram a importância do autocontrolo parental, assim como da coordenação e consistência na educação da criança quer entre os pais, quer com outros cuidadores (e.g., avós). Os pais percecionaram uma melhoria na *relação com a criança* resultado de tomarem consciência da importância de dar atenção e passar mais tempo de qualidade com ela. Além disto, os pais passaram a valorizar o reforço positivo, o elogio e demonstrações de afeto. Relataram, igualmente, melhorias na *dinâmica familiar*, observando-se um maior controlo e diálogo entre os pais e a criança. Neste estudo, foram, ainda, relatadas *mudanças na criança* que, segundo os pais, se deveram a uma maior utilização de práticas comportamentais.

No que se refere à **implementação do programa**, os pais expressaram uma opinião positiva acerca dos *materiais e atividades*, destacando a natureza didática, a linguagem simples, o fornecimento de situações com as quais os pais se relacionavam e a possibilidade de rever os conteúdos em casa. Contudo, identificaram algumas dificuldades na realização dos *exercícios para casa*, nomeadamente a compreensão das instruções ou gestão do tempo. Por fim, os pais forneceram algumas *sugestões*, como por exemplo, prolongar o tempo de intervenção de modo a fornecer um apoio continuado às famílias e a facilitar a monitorização, uma vez que os pais consideram que as mudanças comportamentais demoram a acontecer.

Noutro estudo qualitativo, Mejia, Ulph e Calam (2016) pretendiam compreender quais os mecanismos que suportam o processo de mudança aquando a participação num programa de IP. Para tal, entrevistaram 25 pais com baixos recursos económicos, 6 meses após estes terem participado no programa *Triple P*. O guião da entrevista semiestruturada era composto por 16 questões acerca da experiência dos pais no programa, as mudanças percecionadas após o programa e os processos de mudança. O tratamento de dados consistiu numa análise temática.

Neste estudo, emergiram três grandes temas: mecanismos psicológicos que estão na base da mudança parental, mudanças comportamentais nos pais e mudanças nas crianças. Os **mecanismos psicológicos na base da mudança** parecem envolver uma melhoria da *autorregulação parental*, que se reflete na utilização de práticas para lidar de forma mais eficaz com os conflitos ou comportamentos problemáticos. Assim como uma melhoria na *autoeficácia parental*, que se reflete na aquisição e desenvolvimento de determinadas competências, tais como a capacidade de resolução de problemas, a consciência do impacto do seu próprio comportamento na criança e uma maior perceção de controlo.

As **mudanças comportamentais nos pais** incluem a *redução de práticas parentais negativas* que, segundo os autores, está associada à melhoria da capacidade de autorregulação emocional e maior consciência do impacto do seu comportamento; o aumento da frequência do *reforço dos comportamentos positivos*, que os autores associam ao aumento da autoeficácia parental; o aumento do *afeto e tempo de qualidade* despendido com a criança e o *uso de consequências*.

Após a participação no programa de IP, os pais observaram **mudanças na criança** de que é exemplo o aumento da *obediência* que vem reforçar o sentimento de controlo e autoeficácia dos pais. Este aumento resultou, segundo alguns pais, da aplicação de práticas comportamentais.

Rahmqvist, Wells e Sarkadi (2014) desenvolveram um outro estudo qualitativo no qual realizaram entrevistas semiestruturadas a 7 mães e 3 pais de nível socioeconómico médio, um ano após a participação no programa de IP *Triple P*. O intervalo de tempo entre a conclusão do programa e a entrevista foi mais longo de modo a diminuir a desejabilidade social e perceber em que medida os pais conseguiam relembrar o currículo do programa. O guião da entrevista semiestruturada era composto por 12 questões relacionadas com os motivos que levam os pais de crianças em idade pré-escolar a participar num programa de IP, em especial o *Triple P*, quais as suas considerações em relação ao programa e em que medida o programa foi ao encontro das suas necessidades.

Dentro dos **motivos que levaram os pais a participar** no programa, encontrou-se a *curiosidade e vontade de melhorar* tendo a maioria decidido participar porque percebeu possíveis benefícios e sentiram que podiam melhorar a sua parentalidade. Outros pais referiram precisar de ajuda na *resolução de problemas* específicos e viram a participação no programa como uma oportunidade para colocar questões a alguém neutro – o dinamizador. Alguns pais foram motivados por *fatores externos*, tais como brochuras presentes no jardim de infância, recomendações de outros pais e pedidos do(a) companheiro(a). Outros tinham a *expectativa de partilhar experiências* e identificar-se com outros pais que estivessem a passar por dificuldades semelhantes às suas.

As **considerações dos pais** acerca do programa incluíam a valorização do *conteúdo e estrutura*, em especial a utilização de exemplos específicos e a sistematização das práticas parentais. Foi, igualmente, importante para os pais terem a oportunidade de *escolher a fatia do bolo*, isto é, as práticas parentais que correspondiam à sua filosofia parental e que eram perspectivadas como eficazes no seu contexto familiar.

Segundo os relatos, o programa foi ao encontro das **necessidades dos pais**, tendo estes se tornado mais conscientes da sua parentalidade e mais compreensivos com a criança. Os pais expressaram querer dar o melhor à criança e, por essa razão, estavam particularmente interessados nas fases de desenvolvimento, nas dificuldades típicas dessas fases, assim como possíveis estratégias e dicas para as superar abordadas no programa. A maioria dos pais referiu que, após a participação no programa, começaram a ter em consideração as competências e a capacidade de compreensão da criança quando escolhiam a prática parental a utilizar e/ou as instruções a dar.

Com o objetivo de explorar as perceções parentais acerca dos efeitos da participação num programa de IP, o *Incredible Years*, em si, na criança e na relação pai-filho, Levac e colaboradores (2008) realizaram um estudo qualitativo cujos dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas a 37 pais, um mês após a finalização do programa. Algumas crianças apresentavam critérios de diagnóstico para uma perturbação do comportamento e/ou défice de atenção, enquanto outras apresentavam comportamentos agressivos observáveis em vários contextos (i.e., casa e escola). O tratamento de dados consistiu numa análise de conteúdo.

As questões da entrevista semiestruturada pretendiam recolher informação sobre a experiência dos pais, o impacto percebido e aspetos mais gerais acerca do programa. Como resultado da participação no programa de IP, os **pais adquiriram novos comportamentos**, tais como permanecer calmos e evitar responder inadequadamente, comunicar mais

eficazmente com a criança e focar-se nos seus comportamentos pró-sociais, reforçando-os através do elogio. Os pais descreveram, também, uma generalização de práticas a outros membros da família.

A maioria dos pais observou **mudanças no comportamento da criança**, ao longo da participação no programa, tais como a capacidade de autocontrolar o seu comportamento e a participação em tarefas domésticas. Os pais atribuíram estas mudanças à implementação de práticas de reforço aprendidas no programa.

Os pais reconheceram o progresso feito ao longo do programa, mas consideraram que o seu papel enquanto pais requer um **trabalho contínuo**. Quando o programa chegou ao fim, os participantes expressaram um **sentimento de perda**.

3.2.1. Facilitadores e Barreiras

Determinadas características dos participantes ou dos programas de IP podem inibir ou promover o envolvimento parental e o processo de mudança, sendo fundamental conhecê-los e compreendê-los segundo a perspetiva dos pais. Com este objetivo foram desenvolvidas várias revisões sistemáticas (Koerting, Smith, Knowles, Latter, Elsey, McCann, Thompson, & Sonuga-Barke, 2013; Mytton, Ingram, Manns, & Thomas, 2014) nas quais foram analisados estudos qualitativos que recorreram a entrevistas semiestruturadas e *focus group*.

Assim, a literatura descreve como **facilitadores** a pertença ao grupo, o papel do dinamizador, o conteúdo do programa e a acessibilidade. A *pertença ao grupo* é um dos aspetos valorizados pelos pais ao sentirem-se apoiados, compreendidos e capazes de partilhar livremente as suas histórias e experiências com os restantes elementos do grupo. Os pais descrevem a existência de um contexto seguro, descontraído e não avaliativo, onde tanto os dinamizadores como os pais partilham desafios semelhantes, permitindo um aumento da confiança nas suas capacidades parentais e uma diminuição dos sentimentos de isolamento e culpa (Kane et al., 2008; Koerting et al., 2013; Levac et al., 2008; Mytton et al., 2014). O *papel do dinamizador*, nomeadamente a capacidade deste empatizar, não julgar e facilitar a relação entre os vários membros do grupo, é referido pelos pais como promotor do envolvimento parental (Koerting et al., 2013; Mytton et al., 2014). Relativamente ao *conteúdo*, os pais consideraram importante adaptá-lo às suas necessidades (Koerting et al., 2013; Mytton et al., 2014). No que toca à *acessibilidade*, a duração, frequência e local do programa foram considerados importantes para os participantes (Koerting et al., 2013; Mytton et al., 2014).

Algumas das **barreiras** identificadas na literatura correspondem às restrições relativas à implementação do programa e barreiras individuais. Dentro das *restrições relativas à implementação do programa* encontramos o facto dos pais considerarem o programa pouco útil ao apresentar, por exemplo, práticas que já são utilizadas pelos pais (Koerting et al., 2013). Por outro lado, as *barreiras individuais* estão maioritariamente relacionadas com a dinâmica do grupo (e.g., relutância em falar para o grupo, grupo heterogéneo), pouco apoio familiar para participar no programa, alguma dificuldade em mudar o comportamento e/ou em aceitar que o comportamento infantil pode ser modificado através de uma IP. Existem, ainda, outras barreiras, como as exigências associadas à existência de vários filhos, pouca consistência com outros cuidadores, circunstâncias laborais que implicam passar pouco tempo com a criança e/ou imprevistos/circunstâncias como doença de familiares que os leva a faltar às sessões (Holtrop, Parra-Cardona, & Forgatch, 2013; Koerting et al., 2013; Mytton et al., 2014).

3.2.2. Trajetória do Processo de Mudança Parental

Apesar de existirem alguns estudos qualitativos acerca do processo de mudança parental que ocorre ao longo da participação nos programas de IP, muito pouco se sabe acerca da sua trajetória. Num estudo qualitativo de Spitzer, Webber-Stratton e Hollinsworth (1991), participaram 77 mães e 60 pais de crianças entre os 3 e os 8 anos com problemas de comportamento (e.g., agressão, desobediência, oposição). Procurou-se descrever as fases do processo de mudança cognitiva, social e comportamental pelas quais passaram os pais desde o momento em que iniciaram o programa de IP até à sua finalização, um ano depois. Segundo os autores, este processo é composto por 5 fases.

Na **1ª fase**, os pais tomaram **consciência dos problemas da família**, nomeadamente admitiram sentir *raiva e medo de perder o controlo* quando tentavam, sem sucesso, disciplinar a criança. Por sua vez, os pais sentiam-se *deprimidos e culpados* por experienciarem estas emoções negativas relativamente à criança e pela forma inadequada como estavam a interagir com ela. Ademais, sentiam-se *socialmente isolados, estigmatizados e rejeitados* pelos restantes pais de crianças que não apresentam problemas de comportamento.

Na **2ª fase**, os pais “balanceavam” entre o **desespero e a esperança**. Assim, começaram por *reavaliar a raiva e a culpa* e compreenderam que as crianças com temperamentos mais difíceis exigem diferentes níveis de supervisão e competências

parentais. Conscientes disto, os pais focaram-se nas práticas parentais mais eficazes para a diminuição dos comportamentos de agressão e desobediência e para a promoção dos comportamentos pró-sociais da criança. Estas práticas eram, contudo, percecionadas como um *pó mágico*, visto que os pais mostravam pouca consciência do esforço necessário para manter as melhorias inicialmente observadas como resultado da sua aplicação.

Na **3ª fase**, os pais tomaram consciência da necessidade de **ajustar as suas expectativas**, uma vez que observaram *recuos* (e.g., estavam a aplicar as práticas aprendidas à criança alvo, mas outra criança começou a exigir o mesmo nível de atenção, ou superior, esgotando os recursos e energia dos pais), sentiram alguma *resistência* (e.g., ao programa devido aos recuos observados e/ou porque sentiam dificuldade em completar as atividades enviadas para casa devido, por exemplo, a desmotivação) e tomaram consciência de que *não existe uma solução rápida* (i.e., apesar do comportamento da criança ter melhorado, assim como a interação entre os pais e a criança, os pais perceberam que o temperamento da criança e os seus problemas de comportamento irão manter-se a longo prazo).

Na **4ª fase**, os pais **adaptaram o que aprenderam** à sua família e, para tal, foi fundamental *compreenderem as práticas parentais*, adequando-as à fase de desenvolvimento, e serem capazes de as *generalizar* a outras crianças, problemas e/ou contextos. Contudo, alguns pais mostraram dificuldades na aplicação, adaptação e/ou generalização.

Na **5ª e última fase**, os pais começaram a **lidar eficazmente** com os comportamentos difíceis das crianças. Para tal, contribui o facto dos pais terem *aceite que a parentalidade é um trabalho árduo*, que requer tempo e energia contínua, e terem passado a *compreender e a respeitar* a criança, mostrando empatia para com os seus problemas e uma maior compreensão das suas necessidades e desafios desenvolvimentistas. Nesta fase, os pais mostravam *gerir melhor a raiva* e a frustração e sentiam-se *apoiados* pelos elementos do grupo, diminuído assim os sentimentos de isolamento.

3.2.3. Limitações dos Estudos Empíricos

É importante reconhecer as várias limitações das investigações qualitativas que tiveram como finalidade compreender a perspetiva dos pais acerca da sua participação num programa de IP. Assim, as limitações dos estudos qualitativos estão maioritariamente relacionadas com o facto das investigações apresentarem amostras de pequena dimensão, pouco representativas da população e/ou compostas por sujeitos pertencentes a poucos grupos de IP distintos, o que limita a generalização dos resultados encontrados (Errázuriz et al.,

2016; Holtrop et al., 2013; Rahmqvist et al., 2014). Ademais, habitualmente participam nestes estudos os pais que se mostram interessados e que finalizaram o programa de IP, ficando por conhecer a perspetiva daqueles que desistiram ou recusaram participar (Errázuriz et al., 2016).

Outra limitação prende-se com o facto dos resultados de cada estudo geralmente só poderem ser generalizados aos pais que completaram o mesmo programa de IP, uma vez que os participantes de outros programas podem ter sido expostos a diferentes orientações teóricas e/ou métodos de intervenção que poderão resultar num processo de mudança parental distinto (Holtrop et al., 2013). Uma outra limitação refere-se à possibilidade da implementação do programa de IP não ser realizada de forma cuidada e completa (Holtrop et al., 2013). Relativamente aos dados recolhidos através das entrevistas, é importante ter em atenção que estes poderão ser enviesados visto que correspondem a relatos retrospectivos dos pais (Holtrop et al., 2013). No que toca à análise dos dados qualitativos, poderá não ser possível envolver múltiplos codificadores de modo a avaliar o acordo inter-avaliadores (Mejia et al., 2016). Por fim, os autores identificam como limitação serem usualmente avaliados apenas os efeitos a curto prazo dos programas de IP (Mejia et al., 2016).

Em resumo, os estudos qualitativos permitem recolher informação rica que pode ser utilizada para potenciar a eficácia dos programas de IP, assim como para conhecer as características do processo de mudança ao longo do tempo, através da exploração e compreensão da experiência parental. Estes dados dificilmente seriam conseguidos através de um estudo quantitativo e, por esta razão, recorreu-se a uma metodologia qualitativa na presente investigação de mestrado.

Em geral, são poucos os estudos qualitativos que procuram compreender a experiência dos participantes nos programas de IP e mais raros são os estudos que procuram averiguar a trajetória de mudança durante a intervenção. Neste sentido, este estudo, adotando uma abordagem qualitativa, pretende explorar o impacto e a trajetória de mudança parental, ao longo da participação no programa ACT, com base nos relatos dos pais. Esta investigação terá, igualmente, como finalidade a compreensão dos aspetos gerais do programa tidos como facilitadores e barreiras percebidas ao envolvimento e mudança parental. Ademais, uma vez que o programa ACT está a ser implementado pela primeira vez em Portugal, é importante perceber a opinião dos pais acerca dos aspetos mais específicos deste programa. Assim, procura-se compreender o impacto, adequação e utilidade do programa ACT, segundo a perspetiva dos pais que nele participaram.

PARTE II: OBJETIVOS E METODOLOGIA

1. Desenho da Investigação

Este estudo enquadra-se no âmbito de uma investigação de Doutoramento intitulada *A relação entre a autorregulação parental e as práticas educativas: implicações para o treino parental*, em curso, da Dr.^a Teresa Marques. Este projeto de investigação tem como principal finalidade compreender como os pais regulam os seus comportamentos e emoções, particularmente quando os seus filhos apresentam comportamentos difíceis. Ademais, pretende contribuir para a compreensão dos fatores e processos que contribuem para uma intervenção parental de sucesso. Assim, insere-se, nesta investigação de Doutoramento, o Projeto P (Pais e Pequenin@s), que envolve a aplicação de um programa de IP, o ACT.

A presente investigação constitui um estudo exploratório e baseia-se numa abordagem predominantemente qualitativa complementada com uma componente quantitativa.

1.1. Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo geral compreender a perspetiva dos pais acerca da sua experiência e participação no programa ACT.

1.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste estudo são:

- a) Analisar como é que os pais tomaram conhecimento do programa ACT;
- b) Analisar os motivos que levaram os pais a participar no programa ACT;
- c) Analisar os obstáculos percecionados antes da participação no programa ACT;
- d) Analisar o impacto do programa ACT, considerando as mudanças percecionadas pelos pais em si, na criança e na família;
- e) Analisar a trajetória de mudança parental ao longo da participação dos pais no programa ACT;
- f) Analisar em que medida os objetivos estabelecidos pelos pais para si e para a criança foram alcançados;
- g) Analisar os aspetos gerais do programa ACT considerados pelos pais como facilitadores e barreiras percebidas ao envolvimento e processo de mudança parental;
- h) Analisar os aspetos específicos do programa ACT, nomeadamente o conteúdo das sessões, segundo a perspetiva dos pais.

2. Metodologia

2.1. Estudo Qualitativo e Exploratório

Em função dos objetivos do estudo e tendo em conta que se pretende explorar a perspetiva dos pais acerca da sua experiência e participação no programa ACT através do discurso parental, optou-se pelo método qualitativo por ser o que melhor se adequa quando se pretende compreender em detalhe um processo ou experiência (Bazeley & Jackson, 2013). O método qualitativo permite descrever os fenómenos com base na perspetiva dos informantes, descobrir múltiplas realidades e desenvolver uma compreensão holística dos fenómenos num contexto particular (Hilal & Alabri, 2013).

Segundo Strauss e Corbin (1998), a investigação qualitativa corresponde a qualquer tipo de investigação que produza resultados através de métodos que não envolvam procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação. Contudo, os dados também podem ser analisados quantitativamente, apesar da análise ser essencialmente interpretativa com o propósito de descobrir conceitos e relações nos dados recolhidos e organizá-los num esquema teórico explicativo (Strauss & Corbin, 1998).

A natureza do problema de investigação é provavelmente o motivo mais válido para se escolher o método qualitativo. Uma vez que neste estudo se pretende conhecer a natureza da experiência dos sujeitos, este método pode ser utilizado para obter detalhes complexos (e.g., sentimentos, processos de pensamento e emoções) sobre os fenómenos que dificilmente poderiam ser recolhidos por meio de outros métodos de investigação mais convencionais (Strauss & Corbin, 1998). A metodologia qualitativa permite igualmente explorar áreas sobre as quais se sabe pouco e/ou adquirir uma nova compressão acerca de áreas sobre as quais se sabe muito, podendo assim ajudar a alcançar os objetivos deste estudo (Stern, 1980).

O presente estudo é de carácter exploratório tendo como finalidade a exploração, o mais aprofundada possível, da experiência dos pais num programa de IP. A investigação exploratória de uma intervenção psicológica é especialmente útil no desenvolvimento de programas que têm como objetivo a mudança comportamental ao permitir adquirir informações importantes (e.g., conhecimentos, opiniões, valores e atitudes) que podem contribuir para a adequação da intervenção à população alvo e, desta forma, promover a aceitação e eficácia do programa (Piovesan & Temporini, 1995).

2.2. Amostra

A amostra deste estudo constitui uma amostra de conveniência, correspondendo a um recorte da amostra do estudo mais alargado. Participaram nesta investigação um total de 10 pais (9 mães e 1 pai) de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 8 anos, que haviam participado no programa ACT. A média de idades dos pais era de 38 anos. Em relação à situação conjugal, os pais eram casados ou viviam maritalmente e apresentavam um nível socioeconómico equivalente a 3 ou 4¹. Dois dos participantes deste estudo constituíam um casal. Metade dos filhos-alvo eram do sexo masculino, sendo a maioria das crianças o primeiro filho do casal. A totalidade das crianças vivia com o pai e com a mãe e faziam parte de famílias nucleares intactas. Em seguida, apresentam-se as características sociodemográficas dos pais que participaram neste estudo e dos filhos-alvo (QUADRO 2).

¹ Os níveis socioeconómicos foram organizados tendo em conta a profissão do pai e da mãe e as respetivas habilitações académicas tendo-se, neste estudo, recorrido aos níveis apresentados por Saavedra (2001):

NSE 3 = Profissões do domínio dos serviços, empresários e comerciantes, cujo nível académico poderia ir do 4º ano de escolaridade até ao 12º ano.

NSE 4 = Profissões de formação académica superior incluindo professores, economistas, médicos e engenheiros.

QUADRO 2: Caracterização das variáveis sociodemográficas dos pais e crianças

Momento da Avaliação (n = 10)				
VARIÁVEIS DOS PAIS				
Idade	M	DP	Min.	Máx.
	39,50	7,04	31	52
n (%)				
Sexo	Feminino		9 (90%)	
	Masculino		1 (10%)	
Nível socioeconómico	3		7 (70%)	
	4		3 (30%)	
Conjugalidade	Casados		4 (40%)	
	Vivem maritalmente		6 (60%)	
Posição na fratria	1º filho		8 (80%)	
	3º filho		2 (20%)	
Número de elementos do agregado familiar	M	DP	Min.	Máx.
	3,90	0,74	3	5
VARIÁVEIS DAS CRIANÇAS				
Idade	M	DP	Min.	Máx.
	4,22	1,79	3	8
n (%)				
Sexo	Feminino		4 (44,44%)	
	Masculino		5 (55,56%)	
Número de irmãos	0		3 (33,33%)	
	1		4 (44,44%)	
	2		2 (22,22%)	
Co-habitação	Mãe e Pai		9 (100%)	

2.3. Procedimento de Recrutamento da Amostra

Como referido, o presente estudo enquadra-se numa investigação mais alargada, intitulada *A relação entre a autorregulação parental e as práticas educativas: implicações para o treino parental*, na qual se insere o Projeto P. Esta investigação é financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/100252/2014) e foi analisada e aprovada pela Comissão Especializada de Deontologia da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (Ata nº5, 2015/2016), pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (autorização nº 5068) e pela Direção-Geral da Educação (autorização n.º 0468900002). Recebe, ainda, o

apoio financeiro do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (Fundação Calouste Gulbenkian).

No âmbito do Projeto P, foi primeiramente conduzido um estudo piloto com o objetivo de estudar o impacto e a adequação do programa ACT quando aplicado a pais portugueses. Este estudo foi divulgado através das redes sociais e de folhetos disponibilizados em jardins de infância perto do *campus* universitário e em clínicas de psicologia infantil. Inscreveram-se um total de 12 pais de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 8 anos (critério de inclusão), 7 iniciaram as sessões e 6 finalizaram o programa ACT. Todos os elementos do grupo piloto que completaram o programa ACT aceitaram participar no presente estudo.

Posteriormente, foram estabelecidos protocolos com instituições/escolas e convidados a participar no Projeto P pais de crianças entre os 3 e os 8 anos de idade. Do universo de 903 pais, pertencentes a 4 instituições/escolas, 94 aceitaram participar. Estes foram divididos aleatoriamente em dois grupos (62 pais ficaram alocados ao grupo de intervenção e 32 pais ao grupo de controlo) de modo a minimizar o viés de seleção. Dos 94 pais que inicialmente se mostraram interessados em participar no Projeto P, apenas 58 se mantêm no mesmo.

Para este estudo, um grupo de pais de uma instituição/escola parceira foi contactado. Este grupo era inicialmente composto por 12 elementos, tendo se verificado 2 desistências. Dos 9 indivíduos contactados, 4 disponibilizaram-se a participar no presente estudo. Neste grupo de pais, a adesão foi mais baixa maioritariamente devido a requisitos de tempo, limitações de espaço e ao facto de não estarem interessados em participar.

2.4. Instrumento de Recolha de Dados

Considerando os objetivos deste estudo, recorreu-se à entrevista semiestruturada retrospectiva como instrumento de recolha de dados. Segundo Barribal e While (1994), a entrevista semiestruturada é o método qualitativo mais adequado quando se pretende explorar as perceções, experiências e opiniões dos respondentes.

A entrevista semiestruturada apresenta uma estrutura flexível que abarca uma combinação de questões abertas e fechadas (Boni & Quaresma, 2005). Na entrevista semiestruturada, o respondente é perçecionado como um *expert* empírico sobre determinado assunto e deve, portanto, ser-lhe dada a oportunidade de contar a sua história (Smith & Osborn, 2008). Este método facilita a relação de confiança e a empatia, permitindo alguma proximidade e abertura entre o entrevistador e o entrevistado, que possibilita a exploração de

conteúdos mais complexos e sensíveis, assim como a espontaneidade das respostas (Boni & Quaresma, 2005; Smith & Osborn, 2008). A espontaneidade das respostas, em combinação com a maleabilidade da duração e cobertura dos conteúdos, permite ao entrevistador fazer questões adicionais que têm como finalidade clarificar, explorar e/ou aprofundar áreas que não haviam sido equacionadas pelo investigador e que podem ter grande utilidade para a sua investigação (Boni & Quaresma, 2005; Smith & Osborn, 2008). Neste sentido, Smith e Osborn (2008) afirmam que a entrevista semiestruturada tende a produzir dados ricos.

Na entrevista semiestruturada, os tópicos podem ser explorados e aprofundados utilizando recursos que possibilitam o surgimento de ideias, perspetivas ou experiências que podem não estar imediatamente acessíveis aos participantes (Galleta, 2013). Por exemplo, podem ser utilizadas fotografias, vídeos ou outros materiais que facilitem a recordação e/ou descrição mais pormenorizada das experiências, pensamentos e/ou sentimentos (Galleta, 2013). No presente estudo, recorreu-se a manuscritos elaborados pelos pais (e.g., aspetos das sessões que consideraram importantes, plano de mudança parental) no sentido de facilitar a recordação de aspetos mais específicos. Foram também utilizados gráficos construídos a partir das avaliações semanais dos pais acerca do seu comportamento e do comportamento da sua criança (i.e., monitorização do processo de mudança, em especial da sua trajetória).

O guião da entrevista (ANEXO I) foi desenvolvido pela orientadora deste estudo e é composto por 3 grandes conjuntos de questões. O primeiro conjunto de questões tem como objetivo recolher informação sobre como os pais tomaram conhecimento do programa, o que os fez tomar a decisão de participar, e quais as expectativas e objetivos que tinham num momento inicial. O segundo conjunto de questões tem como finalidade recolher informação acerca da experiência dos pais no programa. Por fim, o terceiro conjunto de questões pretende recolher informação acerca dos ganhos percebidos pelos pais como resultado da sua participação no programa. Uma pequena parte das questões foi feita apenas ao grupo de pais pertencentes ao estudo piloto, uma vez que apresentavam todos os materiais de apoio a essas mesmas questões, designadamente os gráficos construídos a partir das avaliações semanais dos pais.

No presente estudo recorreu-se a um questionário sociodemográfico (ANEXO II) com o intuito de recolher dados acerca das características sociodemográficas relevantes para a investigação (e.g., idade, nível socioeconómico, conjugalidade, número de filhos, co-habitação, idade do filho-alvo, sexo do filho-alvo, posição na fratria do filho-alvo).

2.5. Procedimento de Recolha de Dados

Como referido anteriormente, foram contactados 15 participantes de dois grupos de intervenção, dos quais 10 aceitaram participar neste estudo, assinando o consentimento informado (ANEXO III e ANEXO IV). As entrevistas semiestruturadas presenciais individuais aos pais que participaram no programa ACT foram realizadas por duas entrevistadoras, a autora deste trabalho e a aluna de Doutoramento. O dia, a hora e o local das entrevistas foram definidos de acordo com a disponibilidade e conveniência dos pais. Salienta-se que a realização das entrevistas decorreu entre 6 de janeiro e 19 de julho de 2017, maioritariamente na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e na escola frequentada pelos filhos dos participantes. As entrevistas foram gravadas em formato áudio e tiveram uma duração média de 50 minutos. Tendo em conta o objetivo de compreender a trajetória de mudança parental ao longo da participação no programa ACT, a recolha de dados ocorreu pouco tempo após a finalização do programa – aproximadamente 4 semanas – de modo a garantir que os pais tinham relativamente presente a sua experiência e pudessem comunicar e comentar o curso da sua mudança, assim como o impacto percebido.

2.6. Procedimento de Análise de Dados

Considerando os objetivos da presente investigação, optou-se por recorrer à análise de conteúdo utilizando o *software* QSR NVivo 11 para auxiliar o processo de análise de dados qualitativos. Este *software* foi utilizado com a finalidade de aumentar a eficácia e eficiência na compreensão dos dados qualitativos e, neste sentido, ajudar a responder aos objetivos da investigação (Babazeley & Jackson, 2013). Em geral, o *software* realiza 5 tarefas importantes que facilitam a análise dos dados qualitativos: gestão dos dados, gestão de ideias, consulta de dados, visualização dos dados e apresentação dos dados (Bazeley & Jackson, 2013). Assim, quando utilizado corretamente, o NVivo pode garantir o rigor do processo de análise (Bazeley & Jackson, 2013).

A análise de conteúdo corresponde a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977, p. 42). Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo organiza-se em torno de três polos cronológicos: pré-análise, exploração, tratamento dos resultados, e inferência e interpretação.

Seguindo este trajeto conceptual, organizou-se o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional por meio da transcrição integral das entrevistas. Os objetivos foram inicialmente elaborados, tendo o guião da entrevista sido construído no sentido de os atingir. Inicialmente, foi feita uma leitura exaustiva das transcrições que ajudou a elucidar acerca da adequação do sistema de categorias e subcategorias definido à *priori* e baseado na literatura já existente.

Posteriormente, explorou-se o material através da leitura repetida e cuidadosa dos relatos dos pais. Segundo Mozzato e Grzybovski (2011), a fase de exploração do material é uma etapa importante, no sentido em que irá permitir (ou não) a riqueza das interpretações e das inferências. O conteúdo foi então analisado, as categorias definidas e as unidades de registo identificadas (utilizando o *software* QSR NVivo 11). Apesar do sistema de categorias estar parcialmente definido à *priori*, foram surgindo novas categorias e alteradas/adaptadas as existentes, resultando numa árvore de categorias e subcategorias baseada na literatura e na exploração do conteúdo das verbalizações parentais. Assim, o processo de categorização ocorreu de forma progressiva e sensível ao conteúdo das descrições realizadas pelos pais. Recorreu-se a uma noção geral de saturação dos dados apresentada por Guest, Bune e Johnson (2006), que operacionaliza o conceito como sendo o momento de recolha e análise dos dados no qual nova informação gera pouca ou nenhuma mudança na árvore de categorias.

É importante referir que existe alguma subjetividade na construção do sistema de categorias sendo que a conceptualização e o enfâse que é dado aos resultados pode variar consoante o investigador, havendo o risco de elementos importantes serem deixados de lado e/ou de elementos não significativos serem tidos em conta (Bardin, 1977). Neste sentido, a verificação do sistema de categorias foi realizada pela orientadora deste estudo, com a qual foram discutidas as categorias definitivas e respetivas unidades de registo.

A presente investigação foi complementada com uma abordagem quantitativa baseada na frequência da aparição de certos elementos da mensagem (Bardin, 1977). Assim, foram utilizados procedimentos de estatística descritiva, nomeadamente o cálculo da frequência absoluta e da frequência relativa das categorias, com a finalidade de compreender a importância das temáticas referidas pelos pais (Guest et al., 2006).

PARTE III: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo é composto pela apresentação e análise dos resultados do presente estudo. Com a finalidade de promover uma melhor compreensão dos dados, esta secção organiza-se segundo os seguintes grandes temas: conhecimento acerca do programa e tomada de decisão em participar, impacto do programa, trajetória de mudança parental, objetivos e implementação do programa.

1. Conhecimento Acerca do Programa e Tomada de Decisão em Participar

1.1. Conhecimento Acerca do Programa

No que toca à questão relativa ao conhecimento acerca do programa, metade dos pais referiram terem tomado conhecimento do ACT por meio do INFANTÁRIO: “Eu tomei conhecimento numa reunião de pais onde me foi dada a informação sobre o programa que iria ser desenvolvido.” (M.16), cerca de um terço através de um POSTER/FOLHETO: “Tomei conhecimento do programa sentado ali naquela sala (serviço à comunidade), num cartaz que tinham afixado.” (P.102), um através de uma PESSOA CONHECIDA: “Eu soube do programa através de uma conhecida próxima.” (M.105) e outro através do *SITE DA FPUL*: “Tomei conhecimento do programa por acaso porque estava na internet (...), ‘entrei’ na Faculdade de Psicologia (...) e depois, por acaso, fui ter ao ACT.” (M.101).

QUADRO 3: Conhecimento acerca do programa

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência	Frequência
	Absoluta	Relativa
Conhecimento acerca do programa	10	100%
Infantário	5	50%
Poster/Folheto	3	30%
Pessoa conhecida	1	10%
Site FPUL	1	10%

1.2. Motivos que Levaram os Pais a Participar no Programa

Relativamente aos motivos que levaram os pais a participar no programa, foram vários os identificados. A totalidade dos pais referiu a necessidade de RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ESPECÍFICOS relacionados com a criança, a parentalidade e/ou com questões relacionais. No que toca à resolução de problemas específicos focados nos **pais**,

estes identificaram a utilização de *práticas parentais negativas*: “Eu estava a gritar muito e estava a ir à palmada com mais frequência do que aquilo que eu gostava, foi uma fase difícil.” (M.16), a *desregulação emocional*: “Realmente um comportamento difícil por parte da minha filha com o qual não estava a conseguir lidar e as únicas reações que tinha eram as que eu sentia que eram menos adequadas, mas que eu não conseguia controlar.” (M.105) e a percepção de *baixa autoeficácia*: “Às vezes não sabemos muito bem quando é para impor limites e quando é que temos de fazer de conta que não está a acontecer.” (M.2).

Mais de metade dos pais referiu a necessidade de resolução de problemas específicos focados na **criança**, destacando-se os *problemas de comportamento*: “Ela, na altura que começámos, estava muito difícil comigo (...), sempre a fazer lutas, a fazer fita pé, a responder, a reagir mal a qualquer coisas que lhe solicitava.” (M.100) e a *desregulação emocional*: “Preocupava-me a intensidade e a frequência do comportamento porque não estavam a acontecer birras pontuais, eram quase diárias e, às vezes, 2 vezes por dia e com muita intensidade.” (M.103).

Os participantes identificaram a necessidade de resolução de problemas alusivos a questões **relacionais**. Em particular, a existência de *conflito com a criança*: “(...) estava a sentir que precisava de resolver certos problemas em casa, nomeadamente conflitos com uma das minhas filhas.” (M.105) e *conflito entre os irmãos*: “(...) agora eles estão os dois numa fase, um com 5 anos e outro prestes a fazer 9, de vez em quando há situações em que entram em conflito (...)” (M.101).

A maioria dos pais decidiu participar com o propósito de **PROMOÇÃO DA PARENTALIDADE**: “Estou sempre apto a aprender qualquer coisa nova porque, às vezes, quando confrontado com informações, tenho a oportunidade de parar e de refletir acerca dos meus próprios comportamentos.” (P.102). Em particular, o que despertou a atenção dos pais foi o **conteúdo relevante** do programa: “Em termos de conteúdos, foi logo uma coisa que me despertou atenção (...). Achei que os temas das sessões eram muito pertinentes.” (M.101). Para mais de metade dos pais, o que os motivou a participar foi a vontade de **melhorar o seu desempenho na parentalidade**: “(...) queria desempenhar melhor o papel de mãe e melhorar este lado da minha vida e achei que seria uma mais valia (...)” (M.16).

Mais de metade dos pais foi levado a participar pela expectativa da **PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS** com outros pais: “(...) o facto de ser em grupo, de achar logo que iria haver uma grande partilha entre as pessoas, achei que iria ser uma mais valia para mim (...)” (M.101) e metade inscreveram-se no programa porque esta oportunidade tinha surgido num **MOMENTO OPORTUNO**: “(...) foi muito oportuno por sentir que estava numa fase em que

estava a precisar.” (M.105). Surgiu, também, um tema NÃO ESPECÍFICO: “Vinha mesmo com vontade de ver o que se fazia.” (M.105), enquanto outros pais inscreveram-se no programa tendo em atenção que CUMPRIAM OS REQUISITOS para participar: “Primeiro que tudo sou mãe e tenho dois filhos. Os dois encaixam na idade do programa (...)” (M.101). Alguns dos pais apresentavam um INTERESSE PROFISSIONAL: “(...) é uma área que também tem a ver com o meu campo profissional (...) e quem trabalha com crianças sabe que são o espelho e o reflexo de muitas outras situações que vivem e que idealmente não se deveria trabalhar com as crianças sem muitas vezes trabalhar questões com a família.” (M.101).

QUADRO 4: Motivos que levaram os pais a participar no programa

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Motivos que levaram os pais a participar no programa	10	100%
Resolução de problemas específicos	10	100%
Pais	10	100%
Práticas negativas	8	80%
Desregulação emocional	6	60%
Baixa autoeficácia	5	50%
Criança	7	70%
Problemas de comportamento	3	30%
Desregulação emocional	2	20%
Relacional	5	50%
Conflito com a criança	3	30%
Conflito entre irmãos	2	20%
Promoção da parentalidade	9	90%
Conteúdo relevante	9	90%
Melhorar o seu desempenho na parentalidade	6	60%
Partilha de experiências	6	60%
Momento oportuno	5	50%
Não específico	4	40%
Cumprir requisitos	3	30%
Interesse profissional	2	20%

1.3. Obstáculos Inicialmente Percebidos

No que se refere aos obstáculos inicialmente percebidos pelos pais, a maioria dos participantes não identificou NENHUM OBSTÁCULO: “Vi os horários, vi que era possível e inscrevi-me.” (M.101), outros referiram dificuldades com o HORÁRIO: “(...) a única dificuldade que teria era por causa do horário (...), mas a minha entidade empregadora facilitou-me a troca de horários (...)” (M.2), sendo que apenas uma pessoa referiu a FALTA DE TEMPO: “A única dificuldade que tive foi imaginar que iria estar com esta obrigação durante algum tempo e de pensar que teria que encaixar mais uma coisa na agenda diária, semanal ou mensal.” (M.105).

QUADRO 5: Obstáculos inicialmente percebidos

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Obstáculos inicialmente percebidos	9	100%
Nenhum obstáculo	6	66,66%
Horário	2	22,22%
Falta de tempo	1	11,11%

2. Impacto do Programa

2.1. Mudanças Centradas nos Pais

Todos os pais identificaram mudanças em si próprios. Relativamente ao que se considerou ser a DIMENSÃO COGNITIVA, constatou-se uma maior **consciência do comportamento parental e/ou da sua influência**: “(...) esta nunca mais me hei de esquecer, estávamos de manhã para se vestir, eu já estava atrasada, o pai atrasado, ele também atrasado e ele diz assim ‘oh pai, a mãe está sempre a gritar’. Agora digo: ‘que coisa má’, mas digo agora porque já frequentei aqui a iniciativa.” (M.4). Em particular, *percecionaram que constituem um exemplo* (50%): “(...) comportamento gera comportamento, se eu gritar ela grita, se eu bater ela bate, tanto que houve uma altura em que ela tinha a mania de me dar palmadas e eu acabava por lhe dar também e depois comecei a perceber que ela bate-me, eu bato-lhe não vamos lá. Ela bate-me e eu ‘não fazes isso porque estás a magoar a mãe, isso não se faz’, tentar explicar-lhe em vez de lhe retribuir da mesma forma porque o comportamento gera comportamento (...)” (M.2).

Ainda na dimensão cognitiva, os pais relataram uma maior **adequação das expectativas e comportamentos** parentais às características da criança, nomeadamente uma maior *atenção à criança* (30%): “Preocupo-me um bocadinho mais, não quer dizer que me preocupasse de menos, mas estou mais focada, mais consciente.” (M.4) e um maior *conhecimento acerca do desenvolvimento infantil* (30%): “Perceber as características de cada fase do desenvolvimento, perceber que, por exemplo, na fase do X é normal as birras, é normal ser egocêntrico, é normal determinadas características. Também é preciso perceber esse lado da criança, naturalmente delas, para perceber que não foge a um padrão, não é diferente, aquilo é o normal.” (M.16). Os pais descreveram, ainda, uma maior **atenção aos meios eletrónicos de comunicação**: “No ver TV, porque estando eu atento, fui mais assertivo e fui tentando criar estratégia para que ela fosse conduzida para outras brincadeiras.” (P.102).

Foi descrita uma maior **AUTORREGULAÇÃO** pela grande maioria dos pais. Assim, os pais referiram sentir-se mais **calmos na gestão dos conflitos e/ou comportamentos difíceis** da criança: “(...) houve uma mudança nas alturas críticas, ou seja, nas birras, quando ele está descontrolado eu consigo me controlar melhor, refletir melhor, mesmo quando venho muito cansada.” (M.16) e **utilizar estratégias de autorregulação**: “Acontece, em algumas situações, que se eu vejo que já estou prestes a ultrapassar o limite o ACT vem-me à cabeça. E eu penso ‘OK, calma, respira, conta até 10’. Sinto que muitas vezes serve de travão (...)” (M.101). Ademais, os pais descreveram uma **diminuição do sentimento de culpa**: “Desmistificar este sentimento menos bom ‘coitadinha da miúda’, aquilo de ficarmos com remorso, mas de facto perceber que a raiva é um sentimento legítimo em relação aos pequenotes.” (M.6).

Constaram-se mudanças relativas à **DIMENSÃO COMPORTAMENTAL**, toda ela relacionada com as práticas parentais. Assim, a maioria dos pais relatou um **aumento das práticas positivas**, tais como a *comunicação* (90%): “Eu falo com ele muito mais do que falava.” (M.4); “(...) tentar negociar de uma forma mais tranquila e com comunicação pelo meio, não é só no sentido da chantagem, ‘fazes isto e perdes aqui’, é explicar, contextualizar (...) e tentar que ele verbalize.” (M.104), o *ignorar* (30%): “(...) costumo ignorar algumas coisas, que às vezes é difícil, mas que funciona, porque eu acho que tira o valor àquele comportamento.” (M.104), e mais *tempo de qualidade* com a criança (30%): “Desde que começámos o projeto temos tido essa visão de: não quero saber se a casa está para arranjar, vamos sair, vamos brincar, vamos estar juntos.” (M.2). Alguns pais referiram que, para além de estarem a recorrer a práticas positivas, procuravam *reinventar, adaptar e/ou inovar as*

práticas (40%): “Essa questão da bola porque o respirar não funcionava (...)” (M.100); “Isto para ele é uma afronta enorme eu dizer ‘fica aqui’. Ele faz-me a coisa inversa, é capaz de correr pela casa inteira. Depois isso cria mais conflito, mais vale adaptar.” (M.104). Por outro lado, mais de metade dos pais percecionou uma **diminuição das práticas negativas**: “Eu também consegui controlar mais o ralar e o gritar, também passei a fazê-lo menos vezes.” (M.103).

Por fim, verificou-se uma maior AUTOEFICÁCIA por parte dos pais e, em especial, uma maior **capacidade de resolução de problemas**: “(...) neste programa, conseguimos ordenar as ideias, pôr as coisas nos devidos sítios.” (M.4).

QUADRO 6: Mudanças centradas nos pais

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Mudanças centradas nos pais	10	100%
Dimensão cognitiva	10	100%
Consciência do comportamento/influência	10	100%
Adequação de expetativas e comportamentos	7	70%
Atenção aos meios eletrónicos de comunicação	4	40%
Autorregulação emocional	10	100%
Calma na gestão dos conflitos/comportamentos difíceis	8	80%
Utilização de estratégias de autorregulação	7	70%
Diminuição do sentimento de culpa	8	80%
Dimensão comportamental	9	90%
Aumento de práticas positivas	9	90%
Diminuição de práticas negativas	6	60%
Autoeficácia	9	90%
Capacidade de resolução de problemas	6	60%

2.2. Mudanças Centradas na Criança

Todos os pais observaram mudanças no comportamento da criança. Mais de metade dos pais relatou um maior AUTOCONTROLO/AUTORREGULAÇÃO: “(...) ela também aprendeu a responder e a reagir: ‘mãe, tens que te acalmar, respira fundo para falares comigo’.” (M.6), uma DIMINUIÇÃO DOS PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO: “(...) chamar nomes à irmã ‘és estúpida, és parva, és uma chata’, depois dizer asneiras ou, por exemplo, ‘deixa-me da mão, sai daqui’ (...) é uma coisa que ela deixou de fazer.” (M.105) e

uma maior CONSCIÊNCIA DAS REGRAS: “Ela gosta de um canal que é o *Bigs* que eu sei que é para miúdos mais crescidos (...), agora chama-me ‘mãe muda-me isto que não é para a minha idade’.” (M.100).

QUADRO 7: Mudanças centradas na criança

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Mudanças centradas na criança	10	100%
Autocontrolo/autorregulação	6	60%
Diminuição dos problemas de comportamento	5	50%
Consciência das regras	5	50%

2.3. Mudanças Centradas na Família

Mais de metade dos pais referiram mudanças no seio familiar. Assim, foi descrita uma GENERALIZAÇÃO A OUTROS FAMILIARES daquilo que aprenderam no programa: “Acho que me tornei uma pessoa muito mais calma na gestão de conflito, mas não só com a minha filha, também com os restantes membros da família.” (M.105). Ademais, os pais percecionaram um impacto positivo na RELAÇÃO PAI-CRIANÇA: “E nisto o programa ajudou-me imenso que era esta fricção que havia, deixou de haver.” (M.4) e referiram que o programa estava presente na COMUNICAÇÃO COM A FAMÍLIA: “Eu falava, conversava um bocadinho à mesa, porque o dia que eu vinha cá era o dia que o meu enteado jantava lá (...).” (M.103) e na COMUNICAÇÃO COM O PARCEIRO: “Apesar de ter vindo eu representar, porque o pai não podia comparecer, tentámos que a informação passasse para lá porque a dificuldade também era comum.” (M.104).

QUADRO 8: Mudanças centradas na família

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Mudanças centradas na família	6	60%
Generalização a outros familiares	3	30%
Relação pai-criança	2	20%
Comunicação com a família	2	20%
Comunicação com o parceiro	2	20%

3. Características da Trajetória de Mudança Parental

Constatou-se a existência de diversos padrões relativamente à trajetória de mudança da parentalidade, nomeadamente mais de metade dos pais referiu ser OSCILANTE: “Houve semanas (...) que não gritei, portei-me super bem, a coisa fluiu. Depois houve outras semanas em que o X estava com muitas birras, não consegui controlar, houve gritos.” (M.16); “Isto é muito o que vai acontecendo comigo e com ele na relação, oscilações no fundo na minha incapacidade de levar as coisas e de lidar eficazmente com as situações. E tem a ver com fatores individuais ou porque aquela semana não correu bem (...)” (M.104), tendo uma pessoa referido ser LINEAR: “Eu acho que houve uma melhoria ao longo do tempo, que eu atribuo também à melhoria do comportamento da X porque eu também mudei o meu comportamento.” (M.100).

Alguns pais referiram ter havido uma REATIVIDADE ÀS PRIMEIRAS SESSÕES: “(...) claramente depois na primeira sessão... Esta sessão foi muito importante para mim porque é uma coisa tão óbvia, mas não é uma coisa em que pensemos com frequência. E o tomar consciência que o mundo para ele é visto de uma maneira completamente diferente do que é para mim, se calhar tornou-me mais tolerante em relação a muita coisa, mas depois como não passamos a vida a pensar sempre nas mesmas coisas, não sei...” (M.103); “(...) é o impacto logo da primeira sessão: ‘espera aí, para tudo!’. Senti mesmo: manter a calma e parar de gritar, este foi o impacto.” (M.105) e/ou um *SLEEPER EFFECT*: “E já senti, depois do projeto, que houve situações que eu própria mudei e ela conseguiu chegar aonde eu queria sem gritos.” (M.2).

QUADRO 9: Características da trajetória de mudança parental

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Características da trajetória da mudança da parentalidade	8	80%
Oscilante	7	70%
<i>Sleeper effect</i>	4	40%
Reatividade às primeiras sessões	3	30%
Linear	1	10%

4. Objetivos

Relativamente aos objetivos que estabeleceram para si e para a criança, todos os pais referiram que os OBJETIVOS SE MANTIVERAM ao longo do programa: “Eu acho que

estes objetivos eram os iniciais e permaneceram ao longo do programa, (...) eram os que eu precisava mesmo de atingir.” (M.105). No que toca ao CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS, todos os pais referiram terem-nos cumprido **totalmente**: “Dentro das minhas expetativas penso que todos eles foram cumpridos.” (M.2) e alguns **parcialmente**: “Dizer que consigo perceber sempre quando devo ser mais exigente não. Tem fases que sim, mas nem sempre. É um dos que ainda ficou assim um bocadinho...” (M.16).

QUADRO 10: Objetivos

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Objetivos	10	100%
Objetivos mantiveram-se	10	100%
Objetivos cumpriram-se	10	100%
Sim totalmente	10	100%
Sim parcialmente	3	30%

5. Implementação do Programa

5.1. Aspetos Gerais

5.1.1. Facilitadores

Relativamente à implementação do programa, os pais percecionaram determinados aspetos gerais do programa como facilitadores do seu envolvimento e mudança parental. Os aspetos gerais identificados pelos pais eram referentes aos conteúdos do programa, ao seu processo e às relações estabelecidas no seu contexto. No que toca aos CONTEÚDOS do programa, os pais destacaram o **modo de apresentação**, tendo todos os pais valorizado a existência de *atividades e materiais atrativos*, tais como vídeos (50%): “Nós vimos muitos vídeos, muito engraçados, com muito conteúdo (...)” (M.16) e metade dos participantes apreciou o fornecimento de *exemplos práticos*: “(...) discutirmos casos com situações reais, que podem ser reais, (...) da birra no supermercado, que são coisas que acontecem com muita frequência (...)” (M.101). Ademais, alguns pais consideraram positivo o facto de haver uma *sequência lógica das sessões*: “Acho que todas elas são complementares umas das outras, não existem umas sem as outras.” (M.104) e dos conteúdos terem sido apresentados de forma

clara e objetiva: “(...) eu acho que faz muito sentido que tudo o que foi apresentado tenha sido feito (...) de uma forma clara, objetiva (...)” (M.104).

A maioria dos pais valorizou os conteúdos **sobre a criança**, tais como o *impacto da violência*: “(...) aquela que me tocou muito foi a que abordámos a questão da violência verbal, física, emocional.” (M.105), o *desenvolvimento infantil*: “(...) compreender que as crianças reagem como reagem porque estão em fase de desenvolvimento e é importante os pais terem esta consciência, eles realmente não veem as coisas como nós (...)” (M.103) e os *meios eletrónicos de comunicação*: “Eu achei que todas elas foram interessantes, mas principalmente aquela que nós falámos dos meios de comunicação, acho que era importante para nós sabermos impor alguns limites, tentar perceber o tempo que eles passam em frente a uma televisão, ao *tablet*.” (M.2).

Os pais consideraram importante terem sido abordados conteúdos **sobre a parentalidade**, nomeadamente acerca das *práticas positivas*: “Acho que é bastante útil, principalmente esta coisa das consequências e das recompensas.” (M.100), *autorregulação emocional*: “Esta sessão, para mim, foi das mais importantes. (...) esta coisa de estarmos ambas a ficar zangadas. Temos que nos acalmar e arranjar aqui estas estratégias. Esta, para mim, de longe a que teve mais impacto em mim. Falámos muito das estratégias, são coisas que continuei a usar.” (M.100) e *estilos parentais*: “(...) avalio outras que foram importantes, como a questão de valores, a questão que nós temos do exemplo, de ter recebidos e de transmitir, daquilo que obtivemos dos nossos pais e que queremos ser como pais.” (M.105).

Relativamente ao PROCESSO, verificou-se uma valorização do programa no sentido em que permitiu **refletir e discutir** assuntos relevantes para os pais: “(...) quando nós refletimos sobre as coisas e entendemos um porquê ajuda-nos muito. Eu acho que a reflexão foi mesmo o mais importante dentro desta informação toda que se recolhe, o refletir sobre ajuda-nos.” (M.16). Mais de metade dos pais indicou um **compromisso com a mudança**: “Porque eu sentia que parava, centrava-se naquelas questões e sentia que não estando com os meus filhos estava a fazer algo que ia ser positivo também para eles.” (M.101). Para alguns pais, o *estabelecimento de objetivos* (20%) contribuiu para esse compromisso: “Acho que acima de tudo o envolvimento de estabelecer aqui, de forma consistente, esta questão de objetivos e de perceber as coisas e de arranjar estratégias para lidar com elas.” (M.100).

Foi tida em consideração a capacidade do programa **sistematizar conhecimentos e práticas**: “(...) lembro-me desta questão do responder e não reagir. É uma coisa que depois foi sempre sendo abordada e (...) não é que uma pessoa não saiba, mas interioriza e põe ali como ponto de ordem.” (M.100). As **atividades de casa** foram descritas pelos pais como um

aspecto positivo do programa, em particular porque permitiam *refletir e/ou observar a aplicabilidade* do que era aprendido (20%): “(...) acho que nos levou a reconhecer situações semelhantes às aquelas que estávamos a discutir e aplicámos as conclusões a que chegámos (...).” (M.6), assim como a **frequência e duração** do programa: “Aqueles duas horas, penso que tenha sido o tempo certo para aprofundar.” (M.6).

No que toca à **RELAÇÃO**, todos os pais referiram **valorizar a pertença ao grupo**, especialmente a *partilha sem julgamento* (100%): “(...) nestas questões da parentalidade faz muito sentido, que as pessoas troquem opiniões e partilhem experiências.” (M.101) e a *normalização de experiências* (60%): “(...) falando com outros pais que passam pelas mesmas situações acabámos por sentir ‘bem, não estamos sozinhos, eles são todos iguais’ só muda a morada.” (M.2).

Mais de metade dos pais referiu **valorizar o papel dos dinamizadores**. Assim, destacaram o desenvolvimento de uma *relação de proximidade e informalidade* (40%): “Desde o início foi sempre uma relação muito favorável. Podia haver aquela distância, aquela formalidade, mas acho que se manteve sempre tudo muito respeitoso.” (M.4) e a capacidade de *promoção da empatia e envolvimento* dos dinamizadores (30%): “Alguns temas são mais difíceis, mais pesados, outros podem ter mesmo a ver com a nossa história e tocarem-nos mais especialmente. (...) e o facto de vocês também serem pessoas que geriram bem isso e pessoas que promovem empatia fez com que a ligação se tornasse mais forte entre nós.” (M.101). Curiosamente, um participante considerou que o cuidado e empatia demonstrados pelos dinamizadores constituiu uma barreira, pois levou a que aspetos percecionados como importantes fossem minimizados: “Senti que foi alguma preocupação connosco, claro que é positivo, a pessoa sente-se bem (...), mas também é importante que a pessoa tenha noção que há outras coisas que são violência, que é duro a pessoa se confrontar com isso, mas também trás frutos. Se a pessoa se confrontar também fica um bocado ‘OK, não estou a espancá-la, mas alto lá, isto traz coisas a longo prazo’.” (M.100).

QUADRO 11: Facilitadores

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência	Frequência
	Absoluta	Relativa
Facilitadores	10	100%
Conteúdos	10	100%
Modo de apresentação	10	100%
Atividades e materiais atrativos	10	100%
Exemplos práticos	5	50%
Sequência lógica das sessões	3	30%
Clara e objetiva	2	20%
Sobre a criança	8	80%
Impacto da violência	6	60%
Desenvolvimento infantil	4	40%
Meios eletrônicos de comunicação	3	30%
Sobre a parentalidade	7	70%
Práticas positivas	4	40%
Autorregulação emocional	3	30%
Estilos parentais	3	30%
Processo	10	100%
Reflexão e discussão	8	80%
Compromisso com a mudança	7	70%
Sistematização de conhecimentos e práticas	6	60%
Atividades de casa	5	50%
Frequência e duração	4	40%
Relação	10	100%
Valorização da pertença ao grupo	10	100%
Valorização do papel dos dinamizadores	7	70%

5.1.2. Barreiras

No que toca às barreiras percebidas pelos pais, foram descritas **RESTRICÇÕES DOS PARTICIPANTES**, nomeadamente a existência de **barreiras individuais**, tais como a pouca *disponibilidade*: “O tempo para mim é sempre muito complicado devido à minha atividade laboral, por mais que eu queira não consigo passar muito tempo com ela.” (M.2), o *contexto familiar*: “Lá em casa, às vezes, as coisas são um bocadinho desordenadas e eu acho que realmente um primeiro filho tem uma vida muito mais calma do que depois um segundo ou um terceiro, não tem nada a ver. Até o nosso stress aumenta porque temos mais coisas para gerir e tudo.” (M.103) e a *dificuldade em mudar/baixa autoeficácia*: “Eu sou muito

automática e tenho alguma dificuldade em instalar, em instituir novas técnicas. Tenho muita tendência a instituir durante um tempo curto e depois voltar.” (M.103). Os pais descreveram como barreira o facto de se **dispersarem na discussão dos conteúdos** do programa: “(...) como éramos muito conversadores levava-nos a dispersar dos assuntos.” (P.102).

Por fim, foram descritas **RESTRIÇÕES DO PROGRAMA E DA SUA DINAMIZAÇÃO**. Nomeadamente, metade dos pais referiu ter percecionado uma **desadequação dos conteúdos ao grupo**: “Acho que aqui foi uma sessão que teve a ver com as características das pessoas que estavam presentes (...), o modo como estava estruturada se calhar não estava tão bem dirigida.” (M.100), assim como a **necessidade de maior duração** do programa: “Fiquei com a sensação que as aulas deveriam ter, ou que cada sessão deveria ter mais meia hora, uma hora porque às vezes ficavam assuntos por debater (...)” (P.102).

QUADRO 12: Barreiras

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência	Frequência
	Absoluta	Relativa
Barreiras	10	100%
Restrições dos participantes	10	100%
Barreiras individuais	9	90%
Disponibilidade	7	70%
Contexto familiar	4	40%
Dificuldade em mudar/baixa autoeficácia	2	20%
Dispersão na discussão dos conteúdos	2	20%
Restrições do programa e da sua dinamização	7	70%
Desadequação dos conteúdos ao grupo	5	50%
Necessidade de maior duração	5	50%

5.1.3. Outros

Relativamente à implementação do programa, surgiram outros temas isolados, tais como o **TRABALHO CONTÍNUO**: “(...) há aqui situações que foram identificadas que têm de continuar a ser trabalhadas diariamente, é um trabalho mais continuado.” (M.101), o **DESEJO DE VOLTAR OU DE CONTINUAR**: “(...) se houver a possibilidade de voltarmos ao projeto mais tarde para rever as situações nós gostaríamos (...)” (M.2) e o **SENTIMENTO DE PERDA**: “O que eu senti foi que de repente criei o hábito de vir aqui e senti um certo ‘vaziosinho’ porque essa minha rotina, de repente, foi quebrada e quando uma pessoa instala uma rotina depois tem de fazer um certo luto quando quebra a rotina.” (P.102).

QUADRO 13: Outros

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência	Frequência
	Absoluta	Relativa
Outros	8	80%
Trabalho contínuo	4	40%
Desejo de voltar/continuar	3	30%
Sentimento de perda	3	30%

5.2. Aspetos Específicos

Ainda no que diz respeito à implementação do programa, foram tomados em consideração os aspetos valorizados em cada uma das sessões do programa ACT. Na SESSÃO 1 (compreender os comportamentos dos filhos), mais de metade dos pais referiu como importante **compreender as características de cada fase de desenvolvimento**, em especial *empatizar e/ou adequar as práticas* à fase de desenvolvimento (30%): “Mas ficou-me esta questão do empatizar, do descer ao nível dela e tento sempre fazer isso, baixar-me e esperar a atenção dela para conversar com ela.” (M.100); “Não ir muito à frente nem muito atrás, no fundo adequar ao momento de desenvolvimento e passou a ser determinante. Às vezes tenho de pensar ele só tem 3 anos.” (M.103), e **responder e não reagir**: “Eu utilizo muito uma frase com o meu filho que é menos reação mais ação porque ele é muito argumentativo. (...) isto ficou-me, porque eu também tenho que ter menos reação e mais resposta porque, às vezes, eu sei que reajo...” (M.101).

Relativamente à SESSÃO 2 (violência na vida das crianças), surgiu o tema **as cicatrizes são irreversíveis** referido por quase todos os pais. Dentro deste tema, destacou-se as *consequências e diferentes tipos de violência* (80%): “A agressão pode não ser só física, pode ser psicológica (...).” (M.4); “(...) todo o ato violento que se inflige a uma pessoa, a uma criança, a um ser vivo tem consequências.” (M.105) e a *ativação emocional* (60%) provocada pelo conteúdo desta sessão, mas em particular pela atividade da boneca de papel (60%): “Eu não me esqueço daquele boneco (...), lembro-me perfeitamente do material que se usou. (...) a fita-cola não era transparente, também não era branca, era castanha, era tipo fita de penso. E a mim isso tocou-me imenso, fez-me lembrar pensos. E isso é uma coisa que me marcou para o resto da vida. Neste momento, até tenho as lágrimas nos olhos. (...) eu senti aquilo muito marcante. Eu lembro-me daquele boneco e é mesmo isso, as coisas podem ser atenuadas, serem recompostas, mas nunca desaparecem e por isso ter dito que esta sessão para mim foi a mais importante.” (M.105); “Lembro-me que foi nessa sessão o bonequinho, rasgámos o

bonequinho, depois tivemos uma reação para combater essas maldades, essas violências e que depois claro ficam para o resto da vida. Eu rasguei coisas muito pequeninas e resultado, quando comecei a montar o puzzle, coitado estava completamente cheio de remendos. Mas depois o montar da situação, o retroceder é muito dramático.” (M.4). Outro tema relevante para grande parte dos pais foi as crianças **aprendem por observação**, tendo sido exibido um *vídeo representativo* (30%): “Achei aquele vídeo brutal, aquele da imitação dos comportamentos dos pais com os filhos. Acho que é um vídeo de choque, acho que devia ser obrigatório passar em todo o lado porque choca e é extremamente verdadeiro... Termos a noção que coisas simples do nosso dia-a-dia que eles imitam tudo.” (M.101).

No que toca à SESSÃO 3 (entender e controlar a raiva do próprio), os aspetos específicos tomados como importantes estavam relacionados com as **expressões da raiva**: “Tentamos compreender o nosso corpo e a nossa mente, ao ponto de evitar passar à fase seguinte.” (M.105), **controlar a raiva**: “(...) respirar fundo e pensar assim ‘OK, controla isto que eles não têm culpa hoje’.” (M.6) e a distinção entre a **raiva e outros sentimentos**: “No fundo, a conversa com o pai e a partilha com ele de como, às vezes, nós também estamos cansados, em que momentos é que nós estamos a sobre-reagir (...).” (M.104).

Na SESSÃO 4 (ajudar as crianças quando elas sentem raiva), mais de metade dos pais destacou a importância de **ajudar a criança a compreender e a regular as suas emoções**: “(...) os pais podem ajudá-los a controlar-se um pouco ou dizer ‘vamos contar até 10, vamos acalmar’, ou até podemos retirá-los do local onde está (...)” (M.103), **envolver a criança na resolução de conflitos**: “No pós-conflito conversar sobre o que correu mal, o que sentiu e tentar encontrar soluções para próximos.” (M.100) e **compreender os motivos que levam a criança a sentir raiva**: “(...) lembro-me de ir para casa refletir que de facto eu tenho de perceber porque é que ele está a fazer esta birra, quais são os fatores que estão... deixar de centrar tanto em mim que estou nervosa ou porque é que estou nervosa, e tentar perceber o lado dele, porque é que ele está assim, o que é que lhe está a causar este desconforto (...)” (M.16).

Em relação à SESSÃO 5 (crianças e os meios eletrónicos de comunicação), a maioria dos pais referiu como importante **monitorizar os conteúdos**: “É importante perceber o que é que eles veem porque passam muita informação para eles que nós às vezes não estamos atentos.” (M16), **regular o tempo** que as crianças despendem nos meios eletrónicos: “(...) tento que ela não veja televisão muitas horas seguidas (...)” (P.102) e **fornecer alternativas** aos meios eletrónicos: “Reforçar a necessidade de levar uns lápis de cor ou uma caneta para o restaurante e sujar aquele papel em vez de ‘toma lá o *tablet*’ ou ‘toma lá o telefone’.” (M.6).

No que se refere à SESSÃO 6 (disciplina e estilos parentais), destacou-se o tema **como fomos disciplinados influencia como disciplinamos** e, em particular, a atividade do *espetro dos estilos parentais* (30%): “(...) achei muito engraçado a atividade que fizemos, foi assim uma sessão mais nostálgica para todos nós.” (M.105). Nesta sessão, o tema **pais com autoridade**: “Eu levei para casa esse pensamento, tenho que encontrar aqui um meio termo e acho que estou no bom caminho, é um dia de cada vez. Não sou tão autoritária nem tão permissiva, estou no meio.” (M.16); “Ficou esta frase (...) dos pais com autoridade. Não somos autoritários, temos alguma autoridade (...). É diferente de alguma ditadura ou de não haver flexibilidade. Há uma autoridade porque é necessária, porque eles precisam de ter contenção e precisam de ser balizados nalguns comportamentos, e faz parte. Nós queremos educá-los e com alguns princípios e com respeito.” (M.104) e **disciplina e punição**: “Punir só resolve comportamentos imediatos e traz graves consequências no futuro.” (M.103) também foram considerados relevantes para alguns pais.

Na SESSÃO 7 (disciplina para comportamentos positivos), os temas tidos como mais marcantes foram o **reforço do comportamento positivo**: “A compensação, seja ela em termos afetivos, seja ela... às vezes é importante ter uma compensação material através, por exemplo, de um bonequinho que se quer muito ou qualquer coisa que dá possibilidade à criança de perceber que ter comportamentos positivos também trás coisas bonitas (...)” (P.102) e a **disciplina positiva**: “(...) a questão das regras claras e coerentes, isso para mim foi importante porque às vezes inundámo-la com mais informação do que aquela que ela consegue reter.” (M.100).

Por fim, no que concerne à SESSÃO 8 (leve o programa ACT para a sua casa e comunidade) salientou-se a **retrospectiva e reflexão acerca do ACT**: “Foi refletirmos um pouco sobre o que nós tínhamos abordado nos temas, (...) falámos um pouco das perspetivas que tínhamos do projeto, do que ficou por falar, o que faríamos diferente...” (M.2); “A última foi muito a reflexão para trás, com o que é que nós ficámos, com que tipo de informação ficámos, como é que vamos usá-la, de que forma é que isso nos ajudou no nosso dia-a-dia (...)” (M.16).

QUADRO 14: Aspetos específicos

Categorias	Momento da Avaliação (n = 10)	
	Frequência	Frequência
	Absoluta	Relativa
Aspetos específicos	10	100%
Sessão 1: Compreender os comportamentos dos filhos	10	100%
Compreender as fases de desenvolvimento	6	60%
Responder e não reagir	6	60%
Sessão 2: Violência na vida das crianças	10	100%
As cicatrizes são irreversíveis	9	90%
Aprendizagem por observação	8	80%
Sessão 3: Entender e controlar a raiva do próprio	9	100%
Expressões da raiva	5	55,55%
Controlar a raiva	4	44,44%
Raiva e outros sentimentos	4	44,44%
Sessão 4: Ajudar as crianças quando elas sentem raiva	10	100%
Ajudar a criança a compreender e regular as emoções	6	60%
Envolver a criança na resolução de conflitos	5	50%
Compreender os motivos que levam a criança a sentir raiva	5	50%
Sessão 5: Crianças e os meios eletrónicos de comunicação	10	100%
Monitorizar os conteúdos	9	90%
Regular o tempo	8	80%
Fornecer alternativas	4	40%
Sessão 6: Disciplina e estilos parentais	6	100%
Como fomos disciplinados influencia como disciplinamos	5	83,33%
Pais com autoridade	5	83,33%
Disciplina e punição	5	50%
Sessão 7: Disciplina para comportamentos positivos	6	100%
Reforço do comportamento positivo	5	83,33%
Disciplina positiva	3	50%
Sessão 8: Leve o programa ACT para a sua casa e comunidade	6	100%
Retrospectiva e reflexão acerca do programa ACT	5	83,33%

PARTE IV: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

A presente investigação teve como principal objetivo compreender a perspetiva dos pais acerca da sua experiência e participação no programa ACT. Com o intuito de atingir este

objetivo, seguiu-se uma perspetiva exploratória e qualitativa, complementada por uma abordagem quantitativa.

O conhecimento da perspetiva dos pais acerca da sua experiência e participação num programa de IP é importante, no sentido em que permite um maior entendimento acerca dos motivos que levam os pais a participar num programa de IP, do impacto percebido, assim como da trajetória de mudança parental. Ademais, permite obter informação útil, como as barreiras e facilitadores percebidos, para o desenvolvimento de programas de IP eficazes e que atendam às verdadeiras necessidades dos pais. Apesar da sua relevância, é pouca a investigação qualitativa que se tem dedicado ao estudo destas temáticas.

Este capítulo apresenta a síntese, discussão e conclusão dos resultados do estudo, à luz da revisão de literatura realizada. Com a finalidade de promover alguma continuidade, a discussão dos resultados seguirá a mesma estrutura do capítulo anterior: conhecimento acerca do programa e tomada de decisão em participar, impacto do programa, trajetória de mudança parental, objetivos e implementação do programa.

1. Conhecimento Acerca do Programa e Tomada de Decisão em Participar

1.1. Conhecimento Acerca do Programa

Metade dos pais que participaram neste estudo tomou conhecimento do programa ACT por meio do infantário, em particular, através de apresentações que foram realizadas na reunião de pais, e outros por meio de posters ou folhetos distribuídos em infantários, clínicas de psicologia infantil e no serviço à comunidade da FPUL. Apenas um participante tomou conhecimento através do *site* da FPUL e outro por intermédio de uma pessoa conhecida.

Assim, de forma consistente com o encontrado por outros estudos (e.g. Rahmqvist et al., 2014), podemos concluir que os infantários mostraram ser uma das formas mais eficazes de disseminar o programa de IP, sendo a distribuição de posters ou folhetos outra opção bastante viável. Segundo Koerting e colaboradores (2013), para que a promoção dos programas de IP seja eficaz, deverá idealmente ser realizada através de múltiplos canais (e.g., posters/folhetos em locais visitados pelos pais).

1.2. Motivos que Levaram os Pais a Participar no Programa

À semelhança do estudo de Rahmqvist e colaboradores (2014), os motivos que levaram os pais a participar no programa ACT foram a necessidade de resolver problemas específicos, o desejo de melhorar o seu desempenho na parentalidade, a curiosidade acerca

dos conteúdos do programa, e a expectativa de partilha de experiências com os outros pais que possivelmente estivessem a passar por situações ou dificuldades semelhantes às suas.

Relativamente à **resolução de problemas específicos**, foram identificaram vários focos que são fundamentais ter em conta, pois representam o que os pais esperavam do programa, assim como as situações problema ou dificuldades que estavam a sentir no momento em que decidiram envolver-se no ACT. Assim, a totalidade dos pais identificou problemas específicos relacionados com a *parentalidade*. Em particular, muitos referiram o recurso práticas parentais negativas, sensação de desregulação emocional e perceção de baixa eficácia. Por outro lado, a maioria dos pais mostrou-se preocupada com o *comportamento da criança*, nomeadamente com os seus problemas de comportamento e desregulação emocional, que estavam a ser difíceis de gerir. Por fim, os pais demonstraram alguma preocupação com a existência de conflito com a criança e conflito entre irmãos, que estavam a ter um impacto negativo nas *relações familiares*.

Num estudo onde se procurou compreender a relação entre a prontidão para participar numa IP, as competências parentais e a gravidade dos problemas de comportamento da criança, Andrade, Browne e Naber (2015) observaram que os pais que se percebiam com menos competências parentais (e.g., disciplina inconsistente, pouca monitorização) e que percebiam uma maior gravidade no que toca aos problemas de comportamento da criança, mostraram ser os que estavam mais motivados em participar. Segundo Salari e Filus (2016), os pais de crianças com comportamentos difíceis demonstram uma maior motivação para participar num programa de IP porque percecionam-no como benéfico para si e para a criança (e.g., redução do risco da criança vir a desenvolver um problema de comportamento, ajudar a criança a ser mais autoconfiante). Atendendo aos resultados do presente estudo, é possível concluir que os pais não tiveram dificuldade em compreender os objetivos gerais do ACT, quando tomaram a decisão de participar, dado que os problemas identificados são alvo de intervenção neste programa.

Os resultados obtidos apontam, ainda, para outras motivações tais como o facto dos pais terem considerado ser um **momento oportuno e/ou ideal** por diversos motivos (e.g., pico dos comportamentos difíceis da criança ou mesmo de desregulação emocional dos pais). Assim, apesar de alguns pais não sentirem grandes dificuldades no exercício da sua parentalidade, tal como foi descrito no estudo de Rahmqvist e colaboradores (2014), outros viram o programa como uma “tábua de salvação” (M.104). Por fim, alguns pais tiveram em atenção que cumpriam os requisitos para participar, e outros mostraram um interesse profissional, percebendo ganhos quer enquanto pais, quer enquanto profissionais.

1.3. Obstáculos Inicialmente Percebidos

Relativamente aos obstáculos percebidos antes de integrarem o programa ACT, a maioria dos pais referiu não identificar nenhum obstáculo ou dificuldade quando tomou a decisão de participar. Contudo, alguns pais manifestaram preocupações relativas ao horário e à possibilidade de não terem tempo para participar, resultados estes que vão ao encontro do estudo de Koerting e colaboradores (2013).

Os resultados do presente estudo permitem concluir que a maioria dos pais tende a participar num programa de IP quando não percebe obstáculos, ainda que a perceção de poucos obstáculos não impeça alguns pais de participar. No estudo Salari e Filus (2016), as mães apresentavam uma maior intenção para participar num programa de IP quando identificavam poucos obstáculos e elevados benefícios decorrentes da participação no programa.

As dificuldades apresentadas relativamente ao tempo e aos horários têm implicações na participação dos pais nos programas de IP (Spoth, Redmond, Hockday, & Shin, 1996). Assim, os horários deverão ser tidos em consideração na implementação destes programas, com o intuito de facilitar e promover o envolvimento parental. Neste sentido, deverá ter-se em atenção o horário que melhor se adequa ao contexto de vida dos participantes ou, se possível, criar-se grupos com diferentes horários acessíveis a vários pais com o intuito de aumentar a adesão (Errázuruz et al., 2016).

2. Impacto do Programa

2.1. Mudanças Centradas nos Pais

Em consequência da sua participação no programa ACT, os pais identificaram diversas mudanças positivas em si. No que se refere à **dimensão cognitiva**, manifestaram uma *maior consciência do seu comportamento e/ou influência* no comportamento infantil, tendo percebido que constituem um exemplo para a criança. Esta consciencialização poderá ter derivado do programa ACT basear-se nos princípios da teoria da aprendizagem social, sendo uma das suas finalidades enfatizar a importância de modelar o comportamento adaptativo da criança, evitando expô-la a comportamentos negativos que possa imitar (Knox et al., 2010). Estes resultados permitem concluir que o programa ACT cumpriu um dos seus objetivos e vão de encontro à literatura existente, que menciona uma maior consciência da

parentalidade, fruto da reflexão acerca do comportamento e influência parental no desenvolvimento e comportamento da criança, após a participação num programa de IP (Levac et al., 2008; Mejia et al., 2016).

A diminuição de expetativas irrealistas relativamente à criança constitui um dos objetivos do programa ACT (Knox et al., 2010). Os pais descreveram uma *maior adequação de expetativas e comportamentos parentais* que, neste estudo, parece ter decorrido, em parte, da *aquisição de conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil*. Assim, os pais passaram a compreender a perspetiva da criança, procurando entender as razões pelas quais desempenham determinado comportamento e atender às características da sua fase de desenvolvimento. Um maior conhecimento acerca do desenvolvimento infantil e ajustamento de expetativas foi descrito em investigações dedicadas ao estudo da eficácia do programa ACT (Portwood et al., 2011; Weymouth & Howe, 2011).

O programa ACT tem como objetivos educar acerca dos efeitos negativos da violência nos meios de comunicação, alertar para o tempo que as crianças estão em contacto com estes meios e ajudar os pais a reduzir a exposição aos mesmos (Knox et al., 2010). A eficácia do ACT, relativamente a estes objetivos, está descrita na literatura (e.g., Weymouth & Howe, 2011) e, no presente estudo, quase metade dos pais referiu estar *mais atento aos meios eletrónicos de comunicação*. Assim, apresentaram uma maior consciência do tempo que as crianças devem despende nestes meios e da importância de se envolverem nas brincadeiras com os filhos, oferecendo alternativas a estes meios. Ademais, os pais aplicaram os conhecimentos adquiridos a outras crianças mais velhas da família. Contudo, alguns participantes já se consideravam competentes nestes aspetos, tendo esta sessão constituído um relembrar e/ou sistematizar dos seus conhecimentos e práticas e contribuído para o aumento da confiança na sua parentalidade, ao reforçar o seu comportamento positivo.

O programa ACT procura educar os pais sobre os potenciais efeitos das práticas negativas e dá ênfase ao ensino de práticas disciplinares não-violentas (Knox et al., 2011). Assim, relativamente à **dimensão comportamental**, os pais descreveram uma *diminuição de práticas parentais negativas e um aumento das positivas*, constituindo um dos impactos positivos mais descrito na literatura (e.g., Knox & Burkhart, 2014; Mejia et al., 2016).

Em conformidade com Levac e colaboradores (2008), no presente estudo, a comunicação eficaz com a criança constituiu uma mudança vital no comportamento parental. Os pais começaram a recorrer a esta prática em alternativa a outras menos positivas (e.g., punição física, gritar); de modo a promover a identificação e verbalização, por parte da criança, do que lhe provoca desconforto: “Porque ele fazia a birra e eu às tantas gritava, agora

se calhar falo com ele, tento perceber porque é que ele está a fazer a birra.” (M.16); com o objetivo de influenciar o comportamento da criança, procurando que obedeça voluntariamente aos desejos dos pais: “(...) tento levá-la por outro lado, pela comunicação (...)” (M.2); e como veículo da disciplina positiva, transmitindo à criança as expectativas para o seu comportamento e as consequências de determinado comportamento negativo: “(...) agora até lhe pergunto ‘sabes o que fizeste mal, sabes porque levaste a palmada, sabes porque foste para o castigo’ (...)”. (M.4).

O ACT promove a aprendizagem de competências de resolução de problemas sociais e de gestão de emoções fortes. Desta forma, à semelhança de outros estudos (e.g., Mejia et al., 2014), os pais percecionaram uma **melhoria da autoeficácia**, que se refletiu-se na aquisição e desenvolvimento de determinadas competências, tais como a capacidade de *resolução de problemas*.

Por fim, a totalidade dos pais relatou uma **melhoria da autorregulação emocional**, que tem vindo a ser descrita na literatura (e.g., Errázuriz et al., 2016; Holtrop et al., 2014). No presente estudo, esta melhoria aparentou ser fruto da *utilização de estratégias de autorregulação* e refletiu-se numa *gestão mais pacífica e eficaz dos conflitos e/ou comportamentos difíceis* da criança. Os pais descreveram, ainda, uma *diminuição do sentimento de culpa*, que parece ter resultado da partilha e normalização de experiência no grupo. Para Mejia e colaboradores (2016), a melhoria da autoeficácia e da autorregulação emocional constituem as bases fundamentais do processo de mudança parental.

2.2. Mudanças Centradas na Criança

Tal como noutros estudos (e.g., Altafim et al., 2016; Porter & Howe, 2008), ao longo da participação no programa, os pais observaram mudanças positivas no comportamento da criança. Em especial, descreveram um **maior autocontrolo/autorregulação**. Os pais atribuíram esta melhoria à mudança do seu comportamento e à utilização de estratégias para ajudar a criança a lidar com as suas emoções. Assim, este resultado pode ser explicado pela maior autorregulação emocional dos pais e poderá ter decorrido da aprendizagem por modelagem do comportamento parental, visto que o programa ACT enfatiza a transição de ensinamentos, de pais para filhos, da gestão das emoções.

De forma consistente com outros estudos (e.g., Errázuriz et al., 2016), os pais verificaram uma **diminuição dos problemas de comportamento** e uma **maior consciência das regras** por parte da criança. Segundo os relatos parentais, a diminuição dos

comportamentos difíceis resultou de terem aprendido a geri-los de forma eficaz e calma recorrendo, por exemplo, a práticas positivas abordadas no programa (e.g., ignorar). Por sua vez, a maior consciência das regras decorreu da aplicação de práticas disciplinares (e.g., estabelecimento de regras claras e simples por meio da comunicação) e/ou da implementação de estratégias de reforço (e.g., quadro de deveres e recompensas). Tendo em consideração que o ACT apresenta, aos pais, um reportório de práticas disciplinares eficazes a curto e longo prazo e que não envolvem violência (Knox et al., 2011), podemos constatar que o programa se mostrou eficaz nesta vertente.

2.3. Mudanças Centradas na Família

Alguns dos participantes percecionaram mudanças positivas na família. Por exemplo, os pais mencionaram transmitir os conteúdos apresentados nas sessões e abordar o **programa ACT na família e com o parceiro** e descreveram uma **generalização das práticas aprendidas a outros elementos da família**. Referiram, ainda, uma **melhoria na relação pai-criança**, que associaram tanto às mudanças observadas nos pais como na criança e, em particular, ao facto de estarem ambos mais calmos nas suas interações. Na literatura, esta melhoria é descrita como resultado da comunicação eficaz e do tempo de qualidade passado em conjunto e deve-se, igualmente, ao facto dos pais estarem mais competentes para lidar com as situações/comportamentos difíceis, diminuindo assim as interações negativas entre ambos (Errázuriz et al., 2016; Levac et al., 2008). Tendo em conta que o programa ACT pretende quebrar o ciclo de interações disfuncionais e construir relações mais positivas entre pais e filhos (Patterson, 1969), podemos concluir que o programa se mostrou eficaz neste aspeto.

3. Trajetória de Mudança Parental

Com base nos resultados do presente estudo, foi possível observar uma trajetória de mudança parental idêntica à descrita por Spitzer e colaboradores (1991). Seguindo o modelo teórico destes autores, na **1ª fase os pais tomam consciência dos problemas da família**. Neste estudo, esta fase refletiu-se na motivação parental para participar no programa ACT, com o intuito de resolver alguns problemas relacionados com a criança (e.g., birras frequentes e intensas, comportamentos de oposição e agressividade, conflitos entre irmãos) que sentiam não conseguir lidar eficazmente. Esta dificuldade em gerir as situações difíceis levava-os a sentirem-se frustrados, pouco competentes, sem saber o que fazer para resolver as situações e com pouco controlo sobre as suas ações, acabando por recorrer a práticas

negativas com mais frequência e/ou intensidade do que consideravam aceitável. Alguns pais referiram que a oportunidade de participar no programa surgiu num momento ideal, porque sentiam estar a passar por uma fase mais difícil, ou do seu comportamento, ou do comportamento da criança.

Na **2ª fase**, os **pais implementam os princípios e as práticas aprendidas** e, ao observarem a sua eficácia, sentem-se mais esperançosos e aliviados, percebendo que o programa os pode ajudar a atingir os objetivos a que se propuseram. Neste estudo, alguns pais verbalizaram um grande impacto das primeiras sessões do programa ACT. Estas sessões levaram-nos a refletir acerca dos comportamentos parentais que consideravam inadequados e a sentir a necessidade de gerir as emoções, ao perceberem a importância de manter a calma e evitar a escalada. Ademais, a oportunidade de refletir acerca do desenvolvimento infantil e, em especial, sobre a criança ter uma visão do mundo diferente do adulto, teve um impacto positivo nas interações entre os pais e a criança.

Segundo Spitzer e colaboradores, na **3ª fase** os pais observam **aparentes recuos**. Neste estudo, um dos participantes referiu uma diminuição da motivação após ter sentido um maior impacto das primeiras sessões, demonstrando pouco esforço na implementação das práticas, ou mesmo desistindo de as aplicar: “(...) eu não estava tão focada para fazer os trabalhos de casa porque estas coisas também entram na nossa rotina e eu acho que não estava tão motivada como no início, embora não tenha deixado de gostar do programa.”; “Nós aprendemos aqui que definir as coisas com eles é muito importante e que a criança participe. Mas depois corremos o risco de eles não concordarem nada connosco e isso é muito mais difícil de gerir, tem que se negociar. Depois tivemos dificuldade em escolher os castigos e eu não consegui chegar com eles, no final, a conclusão nenhuma. E depois também abandonei essa tarefa.” (M.103). Para os autores deste modelo teórico, os recuos podem resultar dos pais terem pouca consciência do esforço e envolvimento necessário para que os resultados positivos surjam e se mantenham a longo prazo. Segundo Koerting e colaboradores (2013), os recuos podem, ainda, advir da dificuldade em mudar o comportamento e/ou baixa autoeficácia parental.

Alguns pais sentiram que determinadas características do *contexto familiar* dificultavam o seu percurso para alcançar os objetivos, dando o exemplo de ter mais do que um filho e/ou a dinâmica que se cria entre os irmãos: “E depois tenho aqui uma situação que tem a ver com o facto de ter dois, e muitas vezes o que me faz descontrolar com o X tem a ver com a relação entre os dois.” (M.101). Muitos pais consideraram que estas características tornam a gestão familiar mais exigente: “(...) ontem tinha a mais velha para preparar as coisas

para a praia, mas depois também tenho que dar atenção ao X porque ainda não lava os dentes sozinhos, os dois para tomar banho, os dois para secar o cabelo... Também tenho aquela dificuldade de gerir a situação dos dois.” (M.4).

Segundo os relatos dos pais, o seu desempenho parental era influenciado negativamente pelo facto de estarem sobrecarregados em termos de responsabilidades parentais, comparativamente ao outro progenitor (e.g., devido a problemas de saúde). A *ocupação laboral* e o cansaço associado também foram referidos: “(...) venho de um dia de trabalho e tenho a situação do meu marido que não está ao fim da tarde em casa, e sou eu que tenho de gerir o ir buscá-los, alimentá-los sozinha, dar-lhes banho e aquelas coisas todas. E sentir ‘OK há aqui se calhar uma carga, um stress que já está sobre mim que faz com que eu...’ E não tem a ver com esta situação, é o rebentar da bolha.” (M.101).

Mais de metade dos participantes considerou que a sua trajetória de mudança apresentava um *padrão oscilante*, tendo em conta as restrições percebidas que estão presentes ou surgem nos seus contextos de vida: “(...) esta altura do Natal com os miúdos em casa e a família toda foi um bocado conturbada e houve alguns comportamentos meus que voltaram a aparecer: o ralar logo de repente.” (M.103).

Holtrop e colaboradores (2014) alertaram para a importância de considerar a influência dos contextos de vida dos participantes, nomeadamente o contexto familiar, laboral e financeiro. Na presente investigação, não foram referidas barreiras financeiras, o que pode ser explicado pelo nível socioeconómico dos participantes. Ainda assim, os resultados indicam que os desafios encontrados no contexto familiar influenciam o processo de mudança parental e os pais que trabalham têm menos tempo disponível para estar com a criança e implementar as práticas aprendidas, tal como havia referido Holtrop e colaboradores (2014).

Na **4ª fase**, os pais **adaptam o que aprenderam à sua família**, mostrando-se capazes de, por exemplo, *generalizar as práticas parentais* a outras crianças, problemas e/ou contextos. Neste estudo, um dos participantes deparou-se com a situação da criança alvo demonstrar uma melhoria no seu comportamento, mas o outro filho começar a exigir o mesmo nível de atenção. Contudo, esta mãe mostrou-se confiante, pois sentiu ter adquirido as competências e “ferramentas” necessárias para lidar com a situação: “(...) eu acho que vou ter que aplicar as coisas com a irmã. Agora tenho um comportamento difícil da outra filha. Não sei se ela está a necessitar do mesmo reforço, do mesmo controlo. Coisas que para mim estavam afinadas com ela, agora estão a piorar.” (M.105).

Tal como havido sido descrito Holtrop e colaboradores (2014), alguns pais referiram *reinventar, adaptar e/ou inovar as práticas* abordadas no programa e percecionadas como úteis, de modo a torná-las eficazes, atendendo às características da criança ou, então, de modo a obter o “efeito novidade”. Mejia e colaboradores (2016), consideram que a capacidade adaptar o que é aprendido, no âmbito do programa, às características da criança resulta de uma maior autoeficácia e capacidade de resolução de problemas.

Na **5ª fase**, os pais **lidavam eficazmente com os comportamentos e situações difíceis com a criança**. Para atingir esta fase, os pais compreenderam que a parentalidade positiva e eficaz exige um trabalho contínuo e expressaram entender que determinados comportamentos problema da criança não são rapidamente modificáveis, exigindo uma dedicação e esforço constante para que sejam atenuados. Os pais foram capazes de admitir que as mudanças no seu comportamento (e.g., maior autorregulação emocional) precisam de investimento constante para se manterem: “É uma coisa que se trabalha, mas que não é imediato, essa questão de controlar a raiva. Até porque muitas vezes estes sinais físicos ou emocionais podem estar ligados a um determinado período de vida em que estamos bem ou mal. Acho que é um trabalho continuado.” (M.105). Esta noção de trabalho contínuo foi também descrita por Levac e colaboradores (2008).

Os participantes manifestaram uma vontade de continuar a melhorar e/ou aperfeiçoar as suas competências parentais, fruto da consciência e reflexão acerca do seu comportamento e influência na criança: “(...) eu pensei ‘esta semana aconteceu isto’... e eu devia de ter feito de forma diferente, ou de forma mais controlada, (...) ou fiz algo que achava que devia ter feito de uma maneira melhor.” (M.101).

À semelhança da trajetória descrita por Spitzer e colaboradores (1991), e como já foi referido anteriormente, os pais passaram a conhecer o que é (ou não) normativo em cada fase de desenvolvimento, adequando os seus comportamentos e expectativas parentais em resultado. De igual forma, os pais descreveram gerir melhor as suas emoções negativas e passaram a lidar mais eficazmente com a criança, recorrendo a práticas positivas.

Como resultado deste processo de mudança parental, os pais percecionaram mudanças no comportamento da criança que se continuaram a observar após a finalização do programa ACT (*sleeper effects*): “(...) curiosamente, ao longo do programa senti melhorias nela, mas acho que agora é que estou a ver o verdadeiro retorno.” (M.105).

Com base nos resultados do presente estudo, a **trajetória de mudança parental parece ser um percurso flexível** e dependente de múltiplas influências internas (e.g., motivação) e externas (e.g., contexto laboral). A maioria dos pais percorre todas as fases e,

consoante os seus contextos de vida e características individuais, vão balanceando entre as fases. Alguns pais podem ter passado por todas as fases, enquanto outros podem ter atingido a eficácia mais rapidamente sem que tivessem percorrido toda as fases.

Contudo, a mudança da parentalidade **não se trata de um processo finito, mas sim contínuo e progressivo**, havendo, segundo os pais, espaço para melhorias. Ademais, muitos pais que participaram nesta investigação descreveram um compromisso com a mudança parental: “(...) como se nós fizéssemos uma dieta, assumimos um compromisso, estamos a fazer trabalhos sobre isso. No caso de uma dieta, faz-se exercício físico, deixamos de comer certas coisas e depois começam-se a ver os resultados. (...) é um compromisso que se assume e (...) senti isto mesmo com muito querer e com muita vontade.” (M.105), o que reflete a continuidade e o envolvimento dos pais neste processo.

4. Objetivos

Neste estudo, os objetivos estabelecidos pelos pais, para si e para as suas crianças, estavam maioritariamente relacionados com os motivos que os levaram a participar no programa ACT. A totalidade dos pais referiu que os objetivos se mantiveram os mesmos ao longo do programa, sempre trabalhando no sentido de os alcançar, uma vez que estavam relacionados com as situações/comportamentos que consideravam ser difíceis de gerir: “(...) não se alteraram porque de facto isto são as coisas complicadas com que eu lido.” (M.100).

Todos os pais referiram ter alcançado totalmente alguns dos objetivos a que se propuseram, tendo alguns pais atingido determinados objetivos parcialmente. Como referido anteriormente, os pais relatam que os objetivos, apesar de cumpridos ou atingidos, têm de ser continuamente trabalhados: “Desenvolveram-se, não os mudei, não os trocava, não os tirava, mas sempre numa de aperfeiçoar.” (M.6).

5. Implementação do Programa

5.1. Aspetos Gerais

5.1.1. Facilitadores

É relevante ter conhecimento da opinião dos pais portugueses acerca do programa ACT, visto que está a ser implementado pela primeira vez em Portugal e é determinante que esteja adequado à população a que se dirige. No presente estudo, os pais percecionaram aspetos gerais da implementação do programa como facilitadores do seu envolvimento e mudança parental.

Relativamente aos **conteúdos do programa** ACT, e de acordo com estudos anteriores (e.g., Errázuriz et al., 2016), os pais demonstraram agrado pelo modo como foram apresentados, nomeadamente através de *atividades e materiais atrativos*, tais como vídeos, e com uma *linguagem clara e objetiva*. Tal como noutros estudos (e.g., Mytton et al., 2014), os pais destacaram a utilização de *exemplos práticos* de situações com as quais se identificavam e apreciaram o fornecimento de “ferramentas” para lidar com essas situações. Ademais, salientaram terem sido abordados *conteúdos relevantes* para os pais, quer sobre a parentalidade (e.g., práticas positivas, autorregulação emocional), quer sobre a criança (e.g., impacto da violência, desenvolvimento infantil).

No que toca ao **processo**, muitos dos pais referiram que a *discussão e reflexão* acerca do papel parental, no âmbito do programa ACT, foi fulcral para o processo de mudança. Os participantes valorizaram o facto do programa proporcionar a *sistematização das práticas e dos conhecimentos* que já tinham. Estes resultados são consistentes com os dados do estudo de Rahmqvist e colaboradores (2014). No que toca às *atividades de casa*, os pais descreveram como mais importante o facto de permitirem observar a aplicabilidade daquilo que era abordado nas sessões e de fornecerem mais um momento de reflexão, em casa. A duração do programa ACT foi considerada ideal e a frequência das sessões contribuiu para a sensação de compromisso.

As **relações estabelecidas** com os dinamizadores e elementos do grupo foram descritas como positivas. Os pais consideraram importante a *partilha sem julgamento* e a *normalização de experiências* decorrentes da pertença ao grupo, que contribuíram para que os pais não se sentissem tão sós na tarefa da parentalidade: “(...) acho que é sempre bom termos assim uns lembretes, uma partilha de experiências e sentirmos menos sozinhos.”

(M.105). Estes dados vão de encontro à literatura apresentada anteriormente (e.g., Mytton et al., 2014).

À semelhança do estudo de Levac e colaboradores (2008), alguns participantes ficaram mais *tranquilizados* ao perceberem que outros pais lidam com os mesmos problemas (ou piores) que os seus, sentindo-se mais confiantes das suas competências parentais: “(...) as pessoas perceberem ‘OK, não sou só eu que tenho este problema, também há outras pessoas que têm, afinal o meu não é diferente dos outros, se calhar o meu não é assim tão grave, ainda haverá coisas piores’. Acho que isso é muito importante.” (M.105).

Como se tem verificado noutros estudos (e.g., Koerting et al., 2013), o **papel do dinamizador** contribuiu para o envolvimento parental na IP, assim como para o processo de mudança da parentalidade. Neste estudo, os pais destacaram a capacidade de empatizar e envolver os pais no programa, assim como o facto dos dinamizadores desenvolverem relações de proximidade, informalidade e simetria.

Aquando o termino do programa ACT, alguns pais descreveram um **sentimento de perda** e um **desejo de voltar ou de continuar** a participar no programa, por exemplo, com o intuito de monitorizar o comportamento das crianças: “(...) o grupo do Projeto P podia reunir-se todos os meses e dizer as coisas que os filhos têm feito porque acaba por ser bom ouvir o que os outros fazem e dizer o que os nossos fazem (...)” (M.2). Estes dados assemelham-se aos de outros estudos (e.g., Errázuriz et al., 2016) e espelham uma experiência positiva, por parte dos pais, no programa ACT.

5.1.2. Barreiras

No presente estudo, foram percecionadas algumas barreiras ao envolvimento e processo de mudança parental. No que se refere às restrições do programa e da sua dinamização, alguns pais consideraram que **determinados conteúdos não eram adequados ao grupo**, por vários motivos: os pais não se identificavam com o tema da sessão (e.g., violência na vida das crianças), consideravam que o tema não era adequado à idade da sua criança (e.g., meios eletrónicos de comunicação), sentiam que não tinham sido transmitidos conteúdos novos ou que não tivessem já conhecimento, e/ou sentiam que não correspondiam à população-alvo do programa ACT. Neste sentido, Mytton e colaboradores (2014) sugerem que os programas sejam ajustados, avaliando-se previamente as necessidades de cada família para que estas beneficiem ao máximo do programa.

Outro obstáculo apontado foi a **dispersão na discussão dos conteúdos**: “(...) viu-se pelo desencadear da própria sessão que toda a gente se dispersou e começámos a falar de coisas... Porque, se calhar, já havia coisas que já estavam muito assentes para todos em comum.” (M.104). Por fim, tal como tinha sido sugerido noutra estudo (Errázuriz et al., 2016), alguns pais sentiram que o programa **necessitava de ter uma maior duração** com o intuito de aprofundar alguns conteúdos e/ou terminar de explorar outros.

5.2. Aspetos Específicos

No presente estudo, os participantes foram questionados acerca de cada uma das sessões do programa ACT com o propósito de compreender quais os aspetos que os pais consideraram mais importante e/ou que tiveram mais impacto em si. Assim, mostrou-se relevante, para os pais, o fornecimento de informação acerca das fases de desenvolvimento, dos comportamentos difíceis a esperar em cada fase e o que fazer quando se deparam com estes comportamentos.

O facto dos pais terem percebido que necessitavam de constituir um exemplo positivo para a criança, pois estas aprendem por observação, mostrou ter grande impacto nos pais. Tal poderá ter contribuído para a tomada de consciência do seu comportamento e/ou influência na criança e, possivelmente, para a redução de práticas negativas.

Tendo em conta que a desregulação emocional, sua e da criança, constituíram motivos que levaram os pais a participar no programa ACT, podemos concluir que o programa correspondeu às necessidades dos pais, tendo em conta que algumas sessões eram dedicadas a estas problemáticas.

Os conteúdos acerca dos meios eletrónicos de comunicação contribuíram para uma maior atenção, regulação e monitorização dos mesmos. Por seu turno, os conteúdos acerca da disciplina e estilos parentais foram especialmente valorizado pelos pais, principalmente porque os alertou para o desejo de quererem transmitir os valores e aspetos positivos que receberam dos pais enquanto educadores e os informou acerca das características de cada estilo parental e sobre os resultados e/ou consequências da disciplina e da punição, levando-os a tomar uma decisão mais informada acerca do que querem representar enquanto pais para os seus filhos.

Por fim, os pais destacaram a importância de terem sido abordados temas como o reforço do comportamento positivo e a disciplina positiva. Estes conteúdos poderão ter contribuído para uma gestão mais eficaz dos comportamentos da criança por parte dos pais.

PARTE V: CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Contribuições e Implicações Práticas do Estudo

O presente trabalho teve por principal objetivo estudar a perspectiva dos pais acerca da sua experiência e participação no programa ACT. Tendo em conta que são poucos os estudos que procuram conhecer os motivos que levam os pais a participar num programa de IP, o impacto percebido, a trajetória de mudança parental e as barreiras e facilitadores desta mudança, esta investigação, ao partir dos relatos dos pais, vem colmatar esta falha na literatura.

Os resultados deste estudo apontam para o impacto positivo dos programas de IP na melhoria das competências parentais e, indiretamente, do comportamento infantil, assim como no desenvolvimento de interações positivas entre os pais e a criança. Ademais, alertam para a importância de fornecer informação sobre o desenvolvimento infantil, práticas parentais positivas, métodos de gestão emocional e meios eletrónicos de comunicação. Estes conteúdos permitem que os pais ganhem uma maior consciência do seu comportamento e influência no desenvolvimento da criança, adequem as suas expectativas, e desenvolvam uma maior capacidade de autorregulação e de gestão eficaz dos comportamentos e situações difíceis, através do recurso a práticas positivas. Desta forma, os programas IP mostram-se benéficos e atendem às necessidades dos pais.

Na presente investigação, explorou-se a trajetória de mudança parental ao longo da participação num programa de IP, existindo apenas duas investigações qualitativas que estudaram esta temática. Neste sentido, este estudo contribuiu para um maior entendimento das fases pelas quais os pais transitam. Em especial, foi possível concluir que a trajetória de mudança parental corresponde a um processo flexível, contínuo e progressivo. Os resultados deste estudo permitiram, em particular, perceber que os dinamizadores e/ou terapeutas devem ter em consideração fatores internos, tais como a motivação, e externos, tais como o contexto familiar e laboral dos participantes, atendo à sua influência no processo de mudança parental. Assim, os dinamizadores e/ou terapeutas, devem estar atentos às necessidades específicas dos pais e às barreiras que estes encontram, fornecendo estratégias mais direcionadas a estas possíveis dificuldades e promovendo a motivação e autoeficácia parental. Será, igualmente, útil fomentar a monitorização do comportamento parental e da criança e, paralelamente, uma reflexão acerca dos aspetos que podem estar a contribuir positivamente (ou não) para as mudanças observadas. Pretende-se, desta forma, que este exercício de monitorização e

reflexão seja incutido no reportório de competências parentais e seja continuado após a finalização do programa de IP.

Este estudo permitiu, ainda, adquirir um maior conhecimento acerca da perspetiva e experiência dos pais portugueses no programa ACT, que está a ser implementado pela primeira vez em Portugal. Ademais, contribuiu para o enriquecimento da literatura, uma vez que existe apenas um estudo qualitativo tendo por base o programa ACT.

2. Limitações do Estudo

A presente investigação decorreu com algumas limitações que devem ser mencionadas. Em primeiro lugar, este estudo recorreu a uma amostra reduzida, proveniente de meio urbano, com predominância de participantes do sexo feminino de nível socioeconómico médio-elevado, pertencentes a apenas 2 grupos de intervenção distintos, o que limita a generalização dos resultados encontrados.

Relativamente ao método de recolha de dados, algumas das perguntas utilizadas na entrevista semiestruturada eram do tipo aberto e pouco diretivo, o que permitiu a recolha de informação rica, mas poderá ter limitado o entendimento mais aprofundado de determinados aspetos importantes para a investigação. Neste estudo, recorreu-se a manuscritos elaborados pelos pais e a gráficos construídos a partir das avaliações semanais que realizaram de forma a facilitar a recordação dos pais acerca da sua experiência no programa. Contudo, nem todos os pais tinham estes materiais de apoio às questões disponíveis e tal poderá ter dificultado a recordação de aspetos mais específicos.

O facto de algumas entrevistas terem sido realizada por uma das dinamizadoras do programa poderá ter contribuído para que os pais se sentissem mais à vontade e seguros para colaborar (Boni & Quaresma, 2005). Em contrapartida, poderá ter inibido as respostas e/ou opiniões dos pais acerca do programa ACT, principalmente no que se refere aos pontos fracos percebidos. Uma vez que a informação recolhida corresponde a relatos retrospectivos dos pais, é necessário considerar que estes podem estar enviesados (e.g., devido a distorções da memória). Deverá ter-se, também, em consideração que os pais podem ter respondido às questões de forma socialmente desejável, procurando dar uma imagem positiva e de competência enquanto pais.

No presente estudo, algumas entrevistas foram realizadas pela mesma pessoa que, posteriormente, efetuou a análise categorial, o que poderá ter influenciado este processo, tornando-o menos imparcial. Além disto, não foi possível realizar o acordo inter-avaliadores.

Por fim, outra limitação da investigação está relacionada com só terem sido entrevistados os pais que participaram no programa ACT, e não aqueles que desistiram ou recusaram participar. Ademais, foi apenas avaliado o impacto do programa a curto prazo.

3. Futuras Linhas de Investigação

Tendo em consideração as limitações apontadas, em estudos futuros, será importante abranger um maior número de mães e pais, com diversificadas características sociodemográficas que possam representar mais fielmente a população portuguesa. Seria, também, interessante estudar grupos específicos da população (e.g., pais solteiros, com vulnerabilidade económica e social e/ou de crianças clinicamente diagnosticadas com perturbações disruptivas do comportamento), procurando-se compreender o impacto do programa ACT nestes grupos, quais as barreiras e facilitadores percebidos e possíveis diferenças na trajetória de mudança da parentalidade.

Para melhor estudar o impacto do programa ACT, em investigações futuras, seria útil recolher dados através de entrevistas semiestruturadas, mas também por meio de medidas quantitativas que avaliem as mudanças nas competências parentais e no comportamento infantil. Além disso, seria importante realizar entrevistas e/ou avaliações quantitativas de *follow-up* com a finalidade de compreender os efeitos da intervenção parental a longo prazo, explorando as barreiras e facilitadores percebidos que contribuem para a manutenção (ou não) dos resultados a longo prazo. Ademais, relativamente às mudanças no comportamento infantil, poderia ser utilizada uma abordagem multi-informantes, de modo a garantir que a percepção dos pais corresponde à realidade, ou com o objetivo de explorar a generalização das melhorias a outros contextos (e.g., escola). Assim, além de recolher informação juntos dos pais que participaram no programa de IP, poderiam ser recolhidos dados junto de outros cuidadores (e.g., outro progenitor) ou dos professores.

Uma vez que se procurou compreender a trajetória de mudança parental ao longo da participação dos pais no programa de IP, seria interessante ter em conta os relatos dos dinamizadores e como estes percecionaram essa mesma trajetória de mudança. Por fim, seria também importante entrevistar os pais que desistiram ou que recusaram em participar no programa, procurando conhecer os motivos que os levaram a tomar essa decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altafim, E. R., & Linhares, M. B. (2016). Universal violence and child maltreatment prevention programs for parents: A systematic review. *Psychosocial Intervention*, 25(1), 27-38. <https://doi.org/10.1016/j.psi.2015.10.003>
- Altafim, E. R., Pedro, M. E., & Linhares, M. B. (2016). Effectiveness of ACT Raising Safe Kids Parenting Program in a developing country. *Children and Youth Services Review*, 70, 315-323. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.09.038>
- Alvarenga, P. (2001). Práticas educativas parentais como forma de prevenção de problemas de comportamento. In H. J. Guilhardi (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição* (pp. 54-60). Santo André: ESETec Editores Associados.
- American Psychiatric Association (2013). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (5th ed.). Washington, DC.
- Andrade, B. F., Browne, D. T., & Naber, A. R. (2015). Parenting Skills and Parent Readiness for Treatment Are Associated With Child Disruptive Behavior and Parent Participation in Treatment. *Behavior Therapy*, 46(3), 365-378. doi:[10.1016/j.beth.2015.01.004](https://doi.org/10.1016/j.beth.2015.01.004)
- Azevedo, A. (2013). *O programa de intervenção parental "Anos Incríveis": eficácia numa amostra de crianças portuguesas de idade pré-escolar com comportamentos de PH/DA* (Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Azevedo, A., Santos, M., Gaspar, M., & Homem, T. (2012). A perturbação de hiperatividade/déficite de atenção em idade pré-escolar: Especificidades e desafios ao diagnóstico e intervenção. *Análise Psicológica*, 4(30), 387-403. doi:[10.14417/ap.600](https://doi.org/10.14417/ap.600)
- Barber, B. K. (1996). Parental Psychological Control: Revisiting a Neglected Construct. *Child Development*, 67(6), 3296-3319. doi:10.2307/1131780
- Barber, B. K., & Harmon, E. L. (2002). Violating the self: Parental psychological control of children and adolescents. In B. K. Barber (Ed.), *Intrusive parenting: How psychological control affects children and adolescents* (pp. 15-52). Washington, DC: American Psychological Association Press. doi:10.1037/10422-002
- Barber, B. K., & Thomas, D. L. (1986). Dimensions of Fathers' and Mothers' Supportive Behavior: The Case for Physical Affection. *Journal of Marriage and the Family*, 48(4), 783. doi:10.2307/352571
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70: Lisboa.

- Barriball, K. L., & While, A. (1994). Collecting data using a semi-structured interview: a discussion paper. *Journal of Advanced Nursing*, 19(2), 328-335. doi:10.1111/j.1365-2648.1994.tb01088.x
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behaviour. *General Psychology Monograph*, 75(1), 43-88.
- Bazeley, P., & Jackson, K. (2013). *Qualitative Data Analysis with NVivo* (2nd ed.). Sage Publications.
- Bean, R. A., Barber, B. K., & Crane, D. R. (2006). Parental Support, Behavioral Control, and Psychological Control Among African American Youth. *Journal of Family Issues*, 27(10), 1335-1355. doi:10.1177/0192513x06289649
- Bethea, L. (1999). Primary prevention of child abuse. *American of Family Physicians*, 59 (6), 1577-1585.
- Boni, V., & Quaresma, S.J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard: University Press.
- Burkhart, K. M., Knox, M., & Brockmyer, J. (2012). Pilot Evaluation of the ACT Raising Safe Kids Program on Children's Bullying Behavior. *Journal of Child and Family Studies*, 22(7), 942-951. doi:10.1007/s10826-012-9656-3
- Camacho, I., & Matos, M. (2006). Práticas parentais, escola e consumo de substâncias em jovens. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 7(2), 317-327.
- Choe, D. E., Olson, S. L., & Sameroff, A. J. (2013). The interplay of externalizing problems and physical and inductive discipline during childhood. *Developmental Psychology*, 49(11), 2029-2039. doi:10.1037/a0032054
- Cummings, E. M., Davies, P. T., & Campbell, S. B. (2000). *Developmental Psychopathology and Family Process*. New York: The Guilford Press.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496. doi:10.1037//0033-2909.113.3.487
- Dishion, T. J., & Stormshak, E. A. (2007). Parent Intervention Groups. In T. J. Dishion & E. A. Stormshak (Eds.). *Intervening in Children's Lives: An Ecological, Family-Centered Approach to Mental Health Care* (pp. 183-199). American Psychological Association.

- Errázuriz, P., Cerfogli, C., Moreno, G., & Soto, G. (2016). Perception of Chilean Parents on the Triple P Program for Improving Parenting Practices. *Journal of Child and Family Studies*, 25(11), 3440–3449. doi:10.1007/s10826-016-0492-8
- Galletta, A. (2013). *Mastering the semi-structured interview and beyond: From research design to analysis and publication*. NYU Press. doi:10.18574/nyu/9780814732939.001.0001
- Gershoff, E. T., & Grogan-Kaylor, A. (2016). Spanking and child outcomes: Old controversies and new meta-analyses. *Journal of Family Psychology*, 30(4), 453-469. doi:10.1037/fam0000191
- Granic, I., & Patterson, G. R. (2006). Toward a comprehensive model of antisocial development: A dynamic systems approach. *Psychological Review*, 113(1), 101-131. doi:10.1037/0033-295x.113.1.101
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How Many Interviews Are Enough? An Experiment with Data Saturation and Variability. *Family Health International*, 18(1), 59–82. doi:10.1177/1525822x05279903
- Hilal, A., & Al-Abri, S. (2013). Using NVivo for Data Analysis in Qualitative Research. *International Interdisciplinary Journal of Education*, 2(2), 181–186.
- Hindman, A. H., & Morrison, F. J. (2012). Differential Contributions of Three Parenting Dimensions to Preschool Literacy and Social Skills in a Middle-Income Sample. *Merrill-Palmer Quarterly*, 58(2), 191-223. doi:10.1353/mpq.2012.0012
- Hinshaw, S. P., & Lee, S. (2003). Conduct and oppositional defiant disorders. In R. A. Barkley & E. J. Mash (Eds.), *Child psychopathology* (pp. 144–198). New York: Guilford Press.
- Holt, S., Buckley, H., & Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: A review of the literature. *Child Abuse & Neglect*, 32, 797-810. doi:10.1016/j.chiabu.2008.02.004
- Holtrop, K., Parra-Cardona, J. R., & Forgatch, M. S. (2014). Examining the Process of Change in an Evidence-Based Parent Training Intervention: A Qualitative Study Grounded in the Experiences of Participants. *Prevention Science*, 15(5), 745–756. doi:10.1007/s11121-013-0401-y
- Homem, T. (2014). *A eficácia de um programa de intervenção parental para pré-escolares com comportamentos de oposição: o programa Anos Incríveis* (Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.

- Homem, T., Gaspar, M., Santos, M., Azevedo, A., & Canavarro, M. (2013). Perturbações de comportamento externalizantes em idade pré-escolar: O caso específico da perturbação de oposição. *Análise Psicológica*, 1(31), 31-48. doi:[10.14417/ap.658](https://doi.org/10.14417/ap.658)
- Homem, T., Gaspar, M., Santos, M., Azevedo, A., & Canavarro, M. (2014). Incredible Years Parent Training: Does It Improve Positive Relationships in Portuguese Families of Preschoolers with Oppositional/Defiant Symptoms?. *Journal of Child and Family Studies*, 24(7), 1861-1875. doi:10.1007/s10826-014-9988-2
- Ionutiu, R. D. (2016). The Effectiveness of a Positive Parenting Program – Results of a Preliminary Study in a Romanian Sample. *Cognition, Brain, Behavior*, 20(3), 141-158.
- Kane, G. A., Wood, V. A., & Barlow, J. (2008). Parenting programmes: a systematic review and synthesis of qualitative research. *Child: Care, Health and Development*, 33(6), 784-793. doi:[10.1111/j.1365-2214.2007.00750.x](https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2007.00750.x)
- Knox, M., & Burkhart, K. (2014). A multi-site study of the ACT Raising Safe Kids program: Predictors of outcomes and attrition. *Children and Youth Services Review*, 39, 20-24. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.01.006>
- Knox, M., Burkhart, K., & Howe, T. (2011). Effects of the ACT Raising Safe Kids Parenting Program on Children's Externalizing Problems. *Family Relations*, 60(4), 491-503. doi:10.1111/j.1741-3729.2011.00662.x
- Knox, M., Burkhart, K., & Hunter, K. (2010). ACT Against Violence Parents Raising Safe Kids Program: Effects on Maltreatment-Related Parenting Behaviors and Beliefs. *Journal of Family Issues*, 32(1), 55-74. doi:10.1177/0192513X10370112
- Knox, M., Burkhart, K., & Cromly, A. (2013). Supporting Positive Parenting In Community Health Centers: The Act Raising Safe Kids Program. *Journal of Community Psychology*, 41(4), 395-407. doi:10.1002/jcop.21543
- Koerting, J., Smith, E., Knowles, M. M., Latter, S., Elsey, H., McCann, D. C., Thompson, & Sonuga-Barke, E. J. (2013). Barriers to, and facilitators of, parenting programmes for childhood behaviour problems: A qualitative synthesis of studies of parents' and professionals' perceptions. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 22(11), 653–670. doi:10.1007/s00787-013-0401-2
- Kuppens, S., Laurent, L., Heyvaert, M., & Onghena, P. (2013). Associations between parental psychological control and relational aggression in children and adolescents: A multilevel and sequential meta-analysis. *Developmental Psychology*, 49(9), 1697-1712. doi:10.1037/a0030740

- Levac, A. M., McCay, E., Merka, P., & Reddon-D'Arcy, M. L. (2008). Exploring parent participation in a parent training program for children's aggression: Understanding and illuminating mechanisms of change. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 21(2), 78–88. doi:10.1111/j.1744-6171.2008.00135.x
- Mejia, A., Ulph, F., & Calam, R. (2016). Exploration of Mechanisms behind Changes after Participation in a Parenting Intervention: A Qualitative Study in a Low-Resource Setting. *American Journal of Community Psychology*, 57(1-2), 181-189. doi:10.1002/ajcp.12020
- Menting, A. T., Castro, B. O., & Matthys, W. (2013). Effectiveness of the Incredible Years parent training to modify disruptive and prosocial child behavior: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, 33(8), 901-913. doi:10.1016/j.cpr.2013.07.006
- Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2011). Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(4), 731–747.
- Murray, J. P. (2008). Media violence: The effects are both real and strong. *American Behavioral Scientist*, 51, 1212-1230.
- Mytton J., Ingram J., Manns S., & Thomas J. (2014). Facilitators and barriers to engagement in parenting programmes: a qualitative systematic review. *Health Education and Behavior*, 41(2), 127–137. doi:10.1177/1090198113485755
- Nelson, D. A., Yang, C., Coyne, S. M., Olsen, J. A., & Hart, C. H. (2013). Parental psychological control dimensions: Connections with Russian preschoolers' physical and relational aggression. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 34(1), 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2012.07.003>
- Openshaw, D. K., Thomas, D. L., & Rollins, B. C. (1984). Parental Influences of Adolescent Self-Esteem. *The Journal of Early Adolescence*, 4(3), 259-274.
- Pardilhão, C., Marques, M., & Marques, C. (2009). Perturbações do comportamento e perturbação de hiperatividade com défice de atenção: diagnóstico e intervenção nos Cuidados de Saúde Primário. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 25, 592-599.
- Parritz, R., & Troy, M. (2014). *Disorders of Childhood: Development and Psychopathology* (2nd ed.). Wadsworth Publishing Company.
- Patterson, G. R. (1969). Behavioral techniques based on social learning: An additional base for developing behavior modification technologies. In C. M. Franks (Ed.), *Behavior therapy: Appraisal and status* (pp. 341-374). New York, NY: McGraw-Hill.
- Patterson, G. R. (1982). *Coercive family processes*. Eugene, OR: Castalia.

- Patterson, J., Mockford, C., & Stewart-Brown, S. (2005). Parents' perceptions of the value of the Webster-Stratton Parenting Programme: A qualitative study of a general practice based initiative. *Child: Care, Health and Development*, 31(1), 53-64. doi:[10.1111/j.1365-2214.2005.00479.x](https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2005.00479.x)
- Pereira, A. I. (2009). *Crescer em relação: estilos parentais educativos, apoio social e ajustamento: estudo longitudinal com crianças em idade escolar*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, C., & Agostinho, C. (2016). Assumir o desafio de uma parentalidade positiva. Um programa de intervenção. In M. Cancela, & J. Comesaña, *IV Congresso Internacional de Atención Temprana y Educación Familiar, Santiago de Compostela* (pp. 289-299).
- Peterson, G. W., Rollins, B. C., & Thomas, D. L. (1985). Parental Influence and Adolescent Conformity: Compliance and Internalization. *Youth & Society*, 16(4), 397-420. doi:10.1177/0044118X85016004001
- Piovesan, A., & Temporini, E. R. (1995). Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, 29(4), 318-325. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101995000400010>
- Porter, B., & Howe, T. (2008). Pilot evaluation of the "ACT Parents Raising Safe Kids" Violence Prevention Program. *Journal of Child & Adolescent Trauma*, 1, 193-206. <https://doi.org/10.1080/19361520802279158>
- Portwood, S. G., Lambert, R. G., Abrams, L. P., & Nelson, E. B. (2011). An Evaluation of the Adults and Children Together (ACT) Against Violence Parents Raising Safe Kids Program. *The Journal of Primary Prevention*, 32(3-4), 147-160. <https://doi.org/10.1007/s10935-011-0249-5>
- Quy, K., & Stringaris, A. (2012). Oppositional defiant disorder. In J. M. Rey (Ed.), *IACAPAP e-Textbook of Child and Adolescent Mental Health*. Geneva: International Association for Child and Adolescent Psychiatry and Allied Professions.
- Rahmqvist, J., Wells, M. B., & Sarkadi, A. (2014). Conscious Parenting: A Qualitative Study on Swedish Parents' Motives to Participate in a Parenting Program. *Journal of Child and Family Studies*, 23(5), 934-944. <https://doi.org/10.1007/s10826-013-9750-1>
- Saavedra, L. (2001). Sucesso/insucesso escolar: a importância do nível socioeconómico e do género. *Psicologia*, 15(1), 67-92.
- Salari, R., & Filus, A. (2017). Using the Health Belief Model to Explain Mothers' and Fathers' Intention to Participate in Universal Parenting Programs. *Prevention Science*, 18(1), 83-94. <https://doi.org/10.1007/s11121-016-0696-6>

- Salvador, A. P., & Weber, L. N. (2005). Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. *Interação em Psicologia*, 9(2), 341–353.
- Sanders, M. R., Kirby, J. N., Tellegen, C. L., & Day, J. J. (2014). The Triple P-Positive Parenting Program: A systematic review and meta-analysis of a multi-level system of parenting support. *Clinical Psychology Review*, 34(4), 337–357. doi:[10.1016/j.cpr.2014.04.003](https://doi.org/10.1016/j.cpr.2014.04.003)
- Seabra-Santos, M., Gaspar, M., Azevedo, A., Homem, T., Guerra, J., Martins, V., Leitão, S., Pimentel, M., Almeida, M., & Moura-Ramos, M. (2016). Incredible Years parent training: What changes, for whom, how, for how long? *Journal of Applied Developmental Psychology*, 44, 93–104. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2016.04.004>
- Silva, J. A., & Williams, L. C. (2016). Um Estudo de caso com o programa parental ACT para educar crianças em ambientes seguros. *Temas Em Psicologia*, 24(2), 743–755. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-19Pt>
- Smetana, J. G., & Daddis, C. (2002). Domain-Specific Antecedents of Parental Psychological Control and Monitoring: The Role of Parenting Beliefs and Practices. *Child Development*, 73(2), 563–580. doi:10.1111/1467-8624.00424
- Smith, J., & Osborn, M. (2008). Interpretative Phenomenological Analysis. In J. A. Smith (Ed.) *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods* (pp. 53–80). London: Sage.
- Smith Slep, A. M., & O’Leary, S. G. (2007). Multivariate models of mothers’ and fathers’ aggression towards their children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 75, 739–751. doi:[10.1037/0022-006X.75.5.739](https://doi.org/10.1037/0022-006X.75.5.739)
- Spitzer, A., Webster-Stratton, C., & Hollinsworth, T. (1991). Coping With Conduct-Problem Children: Parents Gaining Knowledge and Control. *Journal of Clinical Child Psychology*, 20(4), 413–427. http://dx.doi.org/10.1207/s15374424jccp2004_10
- Spoth, R., Redmond, C., Hockaday, C., & Shin, C. Y. (1996). Barriers to Participation in Family Skills Preventive Interventions and Their Evaluations: A Replication and Extension. *Family Relations*, 45(3), 247. doi:10.2307/585496
- Stern, P. N. (1980). Grounded Theory Methodology: Its Uses and Processes. *Image*, 12(1), 20–23.
- Stoltz, S., van Londen, M., & Dekovic, M. (2015). Effects of parent and child characteristics on participation and outcome of an individualized booster parent intervention for

- children with externalizing behaviour. *European Journal of Developmental Psychology*, 12(4), 395–411. <http://dx.doi.org/10.1080/17405629.2015.1018172>
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. Newbury. Sage Publications.
- Thijssen, J., Vink, G., Muris, P., & Ruiter, C. D. (2016). The Effectiveness of Parent Management Training – Oregon Model in Clinically Referred Children with Externalizing Behavior Problems in The Netherlands. *Child Psychiatry Hum Dev Child Psychiatry & Human Development*, 47(1), 136-150. <https://doi.org/10.1007/s10578-016-0660-5>
- Waller, R., Gardner, F., Dishion, T., Sitnick, S. L., Shaw, D. S., Winter, C. E., & Wilson, M. (2014). Early Parental Positive Behavior Support and Childhood Adjustment: Addressing Enduring Questions with New Methods. *Social Development*, 24(2), 304–322. doi:10.1111/sode.12103
- Webster-Stratton, C., & Reid, M. (2010). Adapting The Incredible Years, an evidence-based parenting programme, for families involved in the child welfare system. *Journal of Children's Services*, 5(1), 25–42. doi:10.5042/jcs.2010.0115
- Weymouth, L. A., & Howe, T. R. (2011). A multi-site evaluation of Parents Raising Safe Kids Violence Prevention Program. *Children and Youth Services Review*, 33(10), 1960–1967. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.05.022>

ANEXOS

ANEXO I: Guião de Entrevista – Programa ACT

Esta entrevista tem por objetivo compreender as experiências dos pais no programa ACT. Quais os seus objetivos e expectativas quando iniciaram o programa, o que gostaram mais e menos no programa, o que foi mais útil, as principais dificuldades, etc. Vou fazer várias questões que gostaria que respondesse da forma mais detalhada possível.

A. Conhecimento acerca do programa, tomada de decisão em participar, expectativas e objetivos em participar:

1. Como é que tomou conhecimento sobre o programa e quais foram as suas primeiras ideias acerca do programa?
2. O que o fez tomar a decisão de participar no programa neste momento? Teve alguma dificuldade ou alguma dúvida quando tomou esta decisão?
3. O que é que esperava do programa? Que objetivos é que pensava que ia alcançar com a participação no programa?
4. Houve alguma coisa que a/o preocupasse mais acerca do seu comportamento enquanto mãe/pai? Esperava que a sua participação no programa pudesse contribuir para a mudança de alguns destes comportamentos? Quais?
5. Houve alguma coisa que a preocupasse mais acerca do comportamento dos seus filhos? Esperava que a sua participação no programa pudesse contribuir para a mudança de alguns destes comportamentos? Quais?

B. Experiências de participação no programa.

1. Ao longo do programa foram discutidos diferentes temas e abordadas diferentes estratégias? De todo o programa houve alguma questão/tema/estratégias que gostasse mais? E algum que fosse mais útil para si?
2. Vamos falar sessão a sessão e utilizar a sua caixa de ferramentas para poder recordar-se com maior detalhe de cada uma das sessões. (Repetir sempre as questões sessão a sessão).

Na primeira sessão falámos de... E o que identificou como mais importante/útil foi...
Porquê? Consegue recordar o que gostou mais e menos nesta sessão?
3. De todas as sessões houve algum tema que gostasse de ver mais aprofundado?

4. Houve alguma sessão ou tema que não gostasse tanto ou que considerasse menos interessante?
5. Como é que descreveria a sua motivação, o seu envolvimento e a sua ligação com os dinamizadores e restantes elementos do grupo em relação ao programa durante a sua participação. Houve alguma evolução ou diferença ao longo do programa? O que contribuiu para isso?
Mostrar gráficos com indicadores e se houver alguma diferença entre sessões tentar que os pais comentem. Por exemplo, desta sessão para esta parece ter havido uma diferença. O que acha que contribuiu para isso?
6. Quais foram as suas principais dificuldades durante as sessões ou nas tarefas que foram enviadas para casa?

C. Perceção dos resultados conseguidos com o programa.

1. Voltando aos seus objetivos no programa (reler os objetivos definidos para si e para o filho). Esses objetivos mantiveram-se os mesmos ao longo do programa ou mudaram.
2. Houve alguma mudança na forma de pensar acerca das situações, de sentir e de se comportar nas situações com o seu filho? Se houve, o que acha que foi importante para essa mudança?
Mostrar gráficos correspondentes e se houver alguma diferença entre sessões tentar que os pais comentem. Por exemplo, desta sessão para esta parece ter havido uma diferença. O que acha que contribuiu para isso?
3. Houve alguma mudança no comportamento dos seus filhos? Se houve o que acha que contribuiu para essa mudança?
Mostrar gráficos correspondentes e se houver alguma diferença entre sessões tentar que os pais comentem. Por exemplo, desta sessão para esta parece ter havido uma diferença. O que acha que contribuiu para isso?
4. Que objetivos foram cumpridos e quais os que não foram? O que contribuiu para isso?
5. Das ferramentas que aprendeu no programa quais é que está a utilizar neste momento?
Está a ser eficaz? Houve alguma adaptação dessa ferramenta para se adequar melhor à situação do seu filho?
6. Consegue dar uma metáfora que possa representar a sua experiência neste programa?
7. Se quisesse recomendar o programa a outra pessoa o que diria do programa?

ANEXO II: Questionário Sociodemográfico



INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA

--	--	--	--

Instruções

Modo de preenchimento do CÍRCULO :



Modo de preenchimento do CÍRCULO no caso de engano :



INFORMAÇÃO ACERCA DA CRIANÇA

Idade: Data de Nascimento: / / Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

Com quem vive a criança?

☐ Mãe e Pai ☐ Só com a mãe ☐ Só com o pai ☐ Outros:

Quantos irmãos tem o(a) seu (sua) filho(a):

Esta criança é o:

☐ 1º filho ☐ 2º filho ☐ 3º filho ☐ 4º filho ou mais

INFORMAÇÃO ACERCA DOS PAIS DA CRIANÇA

Estado civil dos pais:

☐ Solteiros ☐ Casados ☐ Vivem maritalmente ☐ Separados ☐ Divorciados ☐ Outro:

Nº de elementos do agregado familiar:

Idade do Pai:

Idade da Mãe:

Escolaridade do Pai?

- ☐ Menor ou igual a 4 anos de escolaridade
☐ Concluiu 6 anos de escolaridade
☐ Concluiu 9 anos de escolaridade
☐ Concluiu 12 anos de escolaridade
☐ Concluiu ensino superior

Profissão do Pai:

Escolaridade da Mãe

- ☐ Menor ou igual a 4 anos de escolaridade
☐ Concluiu 6 anos de escolaridade
☐ Concluiu 9 anos de escolaridade
☐ Concluiu 12 anos de escolaridade
☐ Concluiu ensino superior

Profissão da Mãe:

NSE (Não preencha este item, será preenchido pelo investigador):

☐ Baixo ☐ Médio ☐ Elevado

17921



ANEXO III: Consentimento Informado – Estudo Piloto



CONSENTIMENTO INFORMADO ESTUDO PILOTO

Caros pais,

O Centro de Investigação em Ciência Psicológica da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa está a desenvolver um estudo piloto do PROGRAMA ACT. Nesta fase procuramos avaliar a adequação e eficácia do Programa ACT. Por favor **leia atentamente as informações abaixo**.

Quais são os objetivos do estudo?

Este estudo piloto pretende analisar a perceção que os pais têm do programa ACT. Analisando a sua motivação para participar, a opinião que têm sobre os conteúdos do programa e as mudanças que estes percebem no seu próprio comportamento e no comportamento dos seus filhos ao longo do programa.

Quem é a equipa de investigação?

A equipa de investigação é composta pela Doutoranda Teresa Marques e tem a supervisão da Professora Doutora Luísa Barros e da Professora Doutora Ana Isabel Pereira.

Se aceitar participar, o que me é pedido?

Pedimos aos pais que preencham dois questionários sobre o comportamento parental e da criança (no início, a meio e no fim do programa de intervenção) e que todas as semanas respondam a um conjunto de cerca de 8 questões sobre a sessão, sobre o dinamizador, sobre o comportamento parental e comportamento da criança. Pedimos, ainda, que no final do programa participem numa breve entrevista, onde lhes será pedido que partilhem a sua perceção e opinião sobre o Programa.

Qual a vantagem de participar?

A informação recolhida e analisada permitirá contribuir para o avanço do conhecimento sobre a eficácia do programa ACT, contribuindo assim para o desenvolvimento de medidas adequadas de apoio à família.

Sou obrigado a participar?

A participação é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento e a não autorização não terá consequências na participação no Programa ACT.

Quem tem acesso aos dados?

Os dados recolhidos são totalmente confidenciais. Apenas os elementos da equipa de investigação têm acesso aos dados.

Se precisar de mais informação, com quem deve contactar?

Por favor, contacte com a responsável, Teresa Marques, para o telefone 967491990 ou email teresamarques@campus.ul.pt

Eu, _____, após a leitura deste documento compreendi e esclareci todas as dúvidas, pelo que:

- ☐ **Autorizo** que os dados de avaliação recolhidos no âmbito do Programa ACT sejam utilizados para fins de investigação.
- ☐ **Não autorizo** que os dados da avaliação recolhidos no âmbito do Programa ACT sejam utilizados para fins de investigação.

dato e assino o mesmo.

Data: / /

(assinatura do participante)

Eu, _____, como investigadora comprometo-me a cumprir o que consta no presente documento, o qual dato e assino.

Data: / /

(assinatura do investigador)

ANEXO IV: Consentimento Informado – Gravação Áudio



CONSENTIMENTO INFORMADO GRAVAÇÃO ÁUDIO

Caros Pais,

O Centro de Investigação em Ciência Psicológica da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa está a desenvolver um estudo sobre a experiência, percepção e opinião dos pais acerca do PROGRAMA ACT. Por favor, leia atentamente as informações abaixo.

Quais são os objetivos do estudo?

Este estudo pretende analisar a percepção que os pais têm do programa ACT analisando os motivos da sua participação, a opinião que têm sobre os conteúdos do programa e as mudanças que estes percebem no seu próprio comportamento e no comportamento dos seus filhos ao longo do programa.

Quem é a equipa de investigação?

A equipa de investigação é composta pela Doutoranda Teresa Marques e tem a supervisão da Professora Doutora Luísa Barros e da Professora Doutora Ana Isabel Pereira.

Se aceitar participar, o que é pedido?

Pedimos que participe numa breve entrevista, onde lhes será pedido que partilhem a sua experiência, percepção e opinião sobre o Programa ACT.

Qual a vantagem de participar?

A informação recolhida e analisada permitirá contribuir para o avanço do conhecimento sobre a eficácia do programa ACT, contribuindo assim para o desenvolvimento de medidas adequadas de apoio à família.

Sou obrigado a participar?

A participação é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento. Se recusar participar neste estudo, isso não afetará a sua relação com o Jardim-de-infância nem os cuidados prestados ao seu educando.

Quem tem acesso aos dados?

Os dados recolhidos são totalmente confidenciais. Apenas os elementos da equipa de investigação da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa têm acesso aos dados. As gravações áudio apenas serão ouvidas por elementos da equipa de investigação, com o objetivo de modificação.

Se precisar de mais informação, com quem deve contactar?

Por favor, contacte com a responsável, Teresa Marques, para o telefone 967491990 ou email teresamarques@campus.ul.pt

Eu, _____, após a leitura deste documento compreendi e esclareci todas as dúvidas, pelo que:

☐ **Autorizo** que as gravações áudio recolhidas sejam utilizadas para fins de investigação.

☐ **Não autorizo** que as gravações áudio recolhidas sejam utilizadas para fins de investigação.

data do assinado: _____

Data: ____/____/____

_____ (assinatura do participante)